

Btca MYM
Folheto AmM
0906

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



1339
comp.

AS ORIGENS DE PARINTINS

EDITADO PELO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

AS ORIGENS DE PARINTINS

apresentação do autor

Manaus — Amazonas

1967

À memória de

Frei José das Chagas

Antônio Clemente R. Bittencourt

Furtado Belém

apresentação

ESCREVI este estudo há mais de 25 anos. Residia em Belém. Estudava a história do Amazonas nas melhores e mais autênticas fontes, manuscritos guardados na Biblioteca e Arquivo Públicos de Belém. Escrevi-o para um Congresso de Geografia, que se reunia em Florianópolis. Foi pela primeira vez editado nos Anais daquele encontro científico.

Visou prestar homenagem aos dois homens que deitaram as raízes de Parintins — Frei José das Chagas e José Pedro Cordovil.

MANAUS, janeiro de 1967.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A EXPANSÃO colonizadora de Portugal no vale amazônico era uma realidade em fins do século XVIII. Os núcleos humanos, de reinóis, de ilhéus, de mamelucos, de gentio amansado e incorporado, valiam como índices expressivos dessa ocupação ininterrupta, que não encontrava mais dificuldades mortificantes. Do Atlântico ao Javari, às Guianas, riscados a certo rigor os contérminos, pontilhados de estabelecimentos militares, que garantiam e defendiam e assinalavam o domínio lusitano, era viva a atividade dos colonos no trato da terra, na criação de rebanhos, na extração de produtos naturais, as famosas “drogas do sertão”, na movimentação de pequenas manufaturas, misteres econômicos que lhe retraçaram de certo modo a fisionomia.

A Capitania de São José do Rio Negro, que o espírito clarividente de Francisco Xavier de Mendonça Furtado lembrara criar-se na hinterlândia, a êsse tempo, concentrava cêrca de 15.000 habitantes (1). Suas vilas contavam-se em número de oito : Barcelos, a capital, Moura, Tomar, Ega, São Paulo de Olivença, Serpa, Silves, Borba. Dos lugares, o mais famoso era o “Lugar da Barra”, que à sombra protetora do fortim de São José do Rio Negro, levantado em 1669 (2), em 1792 passava à sede do Govêrno da Capitania,

(1) Mapa estatístico, na B. A. do Pará.

(2) Arthur C. F. Reis, “Manaus e outras vilas”. Manaus, 1934.

conhecendo melhoramentos de vulto devidos ao dinamismo de Lobo d'Almada (3). A grande concentração humana ainda se registrava no vale do Rio Negro.

Subordinada à Capitania do Grão-Pará, seus anseios autonomistas principiavam a manifestar-se. O Governador Lobo d'Almada, em 1792, em longa exposição oferecida a D. Maria I, advogava a providência. Outras vozes se ouviriam mais tarde, ainda em pleno regime colonial, no mesmo sentido.

A PACIFICAÇÃO DO GENTIO — prosseguia em pleno êxito : em 1785 os Muras, que tanto perturbavam o trabalho dos colonos (4); em 1793, os Mundurucus, como aquêles, a criar embaraços, a desassossegar, a provocar inquietude (5). Pacificação, esta última, conseguida graças às habiliidades e ao espírito cheio de fraternidade do Governador Lobo d'Almada e de que resultara a quase imediata criação de novos centros urbanos : Luséia, Abacaxis, Canumã, Juruti e Tupinambarana.

Com a pacificação dos Mundurucus também se verificara a incorporação dos Maués à sociedade nova e pitoresca que Portugal constituía na Amazônia numa política humana, hábil, eloqüente, que a distinguia da política colonial de outras nações européias.

Os Maués, ladinos, tinham, em princípios do século, mantido contato com os sertanistas, buscadores de “drogas do sertão”. Mas de tal maneira se haviam conduzido que em 1769, a 3 de outubro, o Governador Ataíde Teive, baixando instruções regulando as relações entre os colonos

(3) Arthur C. F. Reis, “Lobo d'Almada. Um estadista colonial”. Manaus, 1940.

(4) Revista do I. H. Brasileiro, tomo 36.

(5) Arthur C. F. Reis — “Lobo d'Almada. Um estadista colonial”. Manaus, 1940.

e os “naturais”, proibira qualquer aproximação com os Maués (6).

A pacificação abria agora perspectivas mais claras. Assegurava maiores possibilidades, garantia a paz e permitia o trabalho. Assim era de esperar. Assim sucedeu.

TUPINAMBARANA — o núcleo instalado na ilha dêsse nome, em 1796, foi organizado pelo capitão de milícias José Pedro Cordovil. O de Maués, por José Rodrigues Preto e Luís Pereira da Cruz. Cordovil operou, inicialmente, com os Maués e Sapupés, a que em 1798 vieram incorporar-se os Paravianas e os Uapixanas (7). Participantes de uma rebelião que ensangüentou as praias do Rio Branco, vencidas, aquelas tribos indígenas foram distribuídas por vários sítios da Capitania, numa dispersão que valia como medida punitiva. O grupo de Tupinambarana, era um dos castigados.

Não se fazia, no povoado, a agricultura que a todo momento as Cartas Régias, os Alvarás e as Decisões do Conselho Ultramarino e as Circulares dos Governadores aconselhavam ou mesmo determinavam. José Pedro Cordovil, desprezando as advertências oficiais, atirava-se ao comércio dos produtos naturais, utilizando-se violentamente do braço do nativo (8).

Conseqüência imediata foi a fuga do gentio, a decadência do povoado. De outro lado, Cordovil, gênio irrequieto, incidentava por tudo e com todos, criando-se, na região, um ambiente de restrições, de hostilidades mesmo.

Suas maiores diferenças eram com Rodrigues Preto, a propósito dos Mundurucus, que aquêle reunira e Cordovil buscava para seus negócios (9).

(6) Códice 590 da B. A. do Pará.

(7) Doc. 10.

(8) Doc. 10.

(9) Doc. 3.

Foi quando, assumindo a direção do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, tomou a seu cargo resolver a contenda, aproveitar a boa vontade dos Maués e Mundurucus, promovendo o progresso efetivo no distrito da Mundurucânia. Para tal, socorreu-se do Carmelita Frei José das Chagas, Prior do Convento do Carmo em Belém (10), do mesmo modo porque se dirigia aos dois contendores, chamando-os ao caminho da ordem, da fraternidade, do trabalho honesto e construtivo.

REGIME DAS MISSÕES — Frei José das Chagas devia empenhar-se no ajustamento de paz entre Rodrigues Preto e Cordovil, atender, nos termos da Carta Régia de 12 de maio de 1798, ao problema da incorporação do gentio, que precisava ser tratado cordialmente de modo a compreender a utilidade dos hábitos novos, da sua educação nos moldes da ordem ocidental. Um largo programa de fraternidade (11).

José Rodrigues Preto precisava conter-se. Os incidentes com Cordovil não deviam tomar corpo. Entre os dois núcleos reinasse harmonia, para que aumentassem sem o recrutamento do gentio fixado num para o aldeamento no outro (12).

José Pedro Cordovil cuidasse igualmente de se não desmandar, acabando com os atritos com Rodrigues Preto. Frei José ia em missão alevantada. A êle, Cordovil devia prestar tôda a colaboração possível (13).

(10) Doc. 1.

(11) Doc. 5.

(12) Docs. 2 e 3.

(13) Docs. 4 e 8.

A Carta Régia de 12 de maio, os três a considerassem como um texto que lhes marcava, a rigor, as linhas mestras da direção a tomar. Decretada por D. Maria I, abolira o Diretório. Tupinambarana, Maués, Canumã, postos avançados da civilização, passaram, então, à categoria de Missões (14). Portugal, por seus delegados na Amazônia, “ex-vi” da referida Carta Régia regressava à política da catequese religiosa, dado que não frutificava o ensaio, de triste memória, dos diretores civis e militares, a cujo cargo correria a execução do plano imaginado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado para a civilização da hinterlândia amazônica.

FREI JOSÉ DAS CHAGAS — virtuoso, bem um sucessor daquela brava falange de religiosos de sua Ordem que, no Rio Negro, no Solimões, tinham evangelizado com tanto sucesso para a Coroa e para o Cristianismo de Roma, atirou-se com alma à empreza. “Verdadeiro Las Casas e Anchieta da Mundurucânia”, escreveria mais tarde o cônego Bernardino de Souza, “era o tipo do missionário católico, o amigo dedicado dos índios que também lhe votavam essa afeição sincera, profunda e dedicada dos filhos da selva” (15).

O êxito de sua obra cresceu a olhos vistos. Embora Cordovil não lhe desse margem a tal, ao contrário lhe criasse embaraços, dificultasse todos os passos, no que se mostrava indiferente aos conselhos do Capitão-General, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos.

O Capitão-General queria clima cordial na missão. Queria ação para o bem coletivo. Ao invés da indústria extrativa, as atividades se dirigissem para o trato da terra (16).

(14) Baena, “*Compêndio das Eras*”, pág. 407, Belém, 1838.

(15) Cônego Bernardino, “*Lembranças e Curiosidades do Amazonas*” pág. 82.

(16) Doc. 8.

A tribo dos Cavarajal, outro qualquer grupo amigo, precisava ser convidada a participar da vida policiada na missão, que não se devia fazer “para quinhentas ou seiscentas pessoas, mas sim para muitas mil almas, que no decurso do tempo deverão formar hum Estabelecimento muitissimo notavel, e interessante” (17).

D. Marcos, como se vê, demonstrava grande interesse pela prosperidade do nôvo centro urbano. Aliás, êsse interesse se comunicava a outros assuntos da Capitania de São José do Rio Negro, que lhe mereciam reflexões, providências cheias de acêrto.

Frei José das Chagas e José Pedro Cordovil, como se apura da documentação que dá margem a êstes períodos, não se entendiam. Logo que D. Marcos se retirou de Belém, sucedido por José Narcizo de Magalhães e Menezes, Cordovil promoveu inquietação, tentou perturbar o bem-estar geral. Os índios não lhe deram atenção às manobras dissolventes. Cordovil tocou-se para a capital do Estado, a intrigar, a procurar destruir a obra de Frei José das Chagas. Não foi bem sucedido (18). José Narcizo não lhe atendeu às murmurações. A Junta Governativa, que na Capitania de São José do Rio Negro sucedera a José Antônio Salgado, apressara-se a explicar ao Capitão-General, com documentação bastante, a verdadeira situação, fazendo um retrato amargo de Cordovil (19).

(17) Doc. 8

(18) Doc. Of. de 31 de julho de 1807, de Narcizo ao Govêrno do Rio Negro. Códice 627 da B. A. do Pará.

(19) Docs. 10 a 13. Em carta de 31 de julho de 1807, a Vitório da Costa, Códice 627 da B. A. do Pará, Tello de Menezes dizia: “quanto ao artigo de José Pedro Cordovil que prezentando-se elle aqui o ano passado, e querendo tratar-me de coisas relativas a Villa Nova da Rainha, dos seus direitos, munido de huma grande papelada, nem o ouvi nem o admiti, impondo-lhe logo

A vida da Vila Nova, iniciada em meio aos incidentes que conhecemos hoje graças às peças que iluminam esta memória, prosseguiu sob a mesma agitação: de um lado Frei José das Chagas, energia, espírito bem intencionado, organização; de outro, Cordovil, desassossegado, prejudicial.

Sob as vistas bondosas de Frei José, a Missão de Maués também se adiantara, conquanto José Rodrigues Preto, como Cordovil, fôsse um elemento desassociativo.

Cordovil e Preto não se viam com bons olhos. As desavenças entre os dois, de certo não poderiam constituir um espetáculo apreciável para o gentio. Se entre os conquistadores, que dispunham do poder, diziam-se superiores na cultura, lavrara de tal modo a desordem!

Os resultados não se fizeram esperar. Em 1805, bandos da Missão de Vila Nova abandonavam-na, formando mocambo. Em 1806, Cordovil lavrou um motim em Maués, do mesmo modo porque explorava o nativo, viciava-o alcoolizando-o. Noticiara depois haver descoberto minérios (20).

Frei José das Chagas, sem irritações, sem pressurosidades, venceu todos êsses desconcertos. Tanto em Vila Nova, como em Maués, sucede que o campo para sua atuação era demasiado extenso. O Governador Tello de Menezes obteve que o Bispo D. Manuel de Almeida atendesse às considerações de Frei José, dando-se-lhe a colaboração do padre João Pedro Pacheco, que teve a seu cargo a missão de Maués (21).

um positivo silencio, entretanto que as suas pretensões quaesquer que ellas fossem, me não viessem encaminhadas pelo Governador da Capitania do Rio Negro, como seus legítimo canal”.

(20) Doc. 12.

(21) Ofício de 20 de maio de 1806, de José Narcizo ao Governador Vitório da Costa. Códice 627, da B. A. do Pará.

Até a segunda década do século XIX, como podemos verificar pelos documentos que vão adiante, protagonistas centrais Cordovil e Preto, a Mundurucânia evoluiu à agitação criada pelos dois fundadores dos núcleos.

Vila Nova, primeira pousada para quem entrava na Capitania vindo pelo Amazonas, era um sítio ótimo para a vigilância de embarcações que conduziam os gêneros de comércio. O pôsto de Serpa não produzia os efeitos desejados. Por trás da vila passavam embarcações, fugindo ao fisco, à severidade dos dízimos cobrados pelo Estado (22).

José Antônio Salgado, apressando-se em acautelar os interesses fiscais do Estado, determinou, em fevereiro de 1804, que o "Registro" de Serpa passasse para Vila Nova, confiando-o ao Capitão de Milícias Antônio Vieira Corrêa da Maia, que de há muito vinha prestando serviços ao Rei no vale amazônico. A medida foi aprovada em Belém: "Parece-me muito bem a mudança do Registro de Serpa para Vila Nova da Rainha como propõe" (23).

Dois anos seguintes, porém, o "Registo" foi transplantado... para as faldas da serra de Parintins, por ordem da Junta Governativa da Capitania de São José do Rio Negro, atendendo a que sendo o ponto "mais vantajoso para hum tal Estabelecimento / pois sendo em huma garganta do Amazonas á entrada da Capitania, feixa tambem todos os Canaes de comunicação do interior da Capitania", o que permitia às autoridades "surprehender Dezertores, obstar a efluencia absoluta, e descarada dos Indios, e mais habitantes", "conhecer da influêcia dos da Capitania inferior, reprimindo nestes a perfugas, que intentão evadir-se do interior della tendo abandonado as suas legitimas commis-

(22) Doc. 8.

(23) Carta de D. Marcos ao Governador do Rio Negro, de 20-10-1804. Códice da B. A. do Pará. Doc. 6.

sões”, “rezenhar exatamente todos os generos exportados, tanto para saber formar justo conceito da importancia” da Capitania “como para acrescentar quanto fôr possível ás Rendas Reaes della por huma exação escrupulosa dos Dizimos e dos Generos do Consumo interior do Estado que a malícia perpetua e estudada dos exportadores extrahe nos Districtos a exação das Authoridades respectivas” (24).

A transferência era consequência de ordem de D. Marcos, datando de dezembro de 1805: “Ultimamente previno a V.m.ce, que o Registro estabelecido em Villa Nova da Rainha deve ser mudado para qualquer outro porto, que V. M. mais julgar proprio naquellas immedições devendo o Commandante actual o Tenente Pedro Cabral da Fonseca regressar logo para esta Capital” (25). José Joaquim Victório da Costa, membro da Junta Governativa que sucedeu a José Antônio Salgado, comandante dos efetivos militares da Capitania, ex-membro da Comissão Portuguesa de Limites com as colônias espanholas, dera parecer preferindo a falda da serra de Parintins (26).

Em 1817, sob o governo de Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, abriram-se incidentes entre Frei José das Chagas e o Comandante do distrito, Pedro Cabral da Fonseca. O Capitão-General censurou o comandante. Entre a Missão e o Registro se não justificavam rivalidades, incidentes, questiúnculas de qualquer natureza. Pedro Cabral, entrado em idade, homem experimentado, está visto, não devia dar margem às reclamações do Religioso. Objetivo maior devia ser a boa ordem na

(24) Doc. 9.

(25) Códice 626, da B. A. do Pará.

(26) Doc. 9.

comandância e respeito para com o ministério do sacerdote (27).

NAS COMOÇÕES CÍVICAS — No ano seguinte, Vila Nova tomava atitudes em favor da autonomia do Rio Negro. Seus habitantes, requerendo a D. João aquele remédio político para os males que afligiam a Capitania, pleitearam também a elevação do lugar à categoria de vila. Nos arquivos da Amazônia não existe sequer cópia dessa peça que, se chegou às mãos do “Rei do Brasil”, deve estar no Rio de Janeiro.

Vila Nova, todavia, não foi atendida. Continuou Missão. Como a Capitania não obteve a autonomia solicitada tão ardentemente. Em 1824, porém, voltava à carga, insistindo na obtenção da medida. Falou na defesa da pretensão Frei José das Chagas. Nôvo abaixo-assinado da população da Missão não produziu os efeitos almejados (28).

Quanto ao Registro, até 1824 funcionou em Parintins. Nesse ano, às efervescências partidárias que agitavam o distrito paraense, a Junta Governativa do Rio Negro fez situar ali um acampamento militar perfeitamente aparelhado, com o objetivo de impedir a entrada, na Província, dos rebeldes do Baixo Amazonas (29). O objetivo foi alcançado. Os rebeldes não penetraram. Nas agitações posteriores, tendentes a manter a autonomia política do Amazonas, quase já se não fala no “Registo”. Tôda a vida, tôda a energia, todo o esforço cívico, tôda exaltação patriótica parte de Vila Nova. Não mais da Rainha. Agora é Vila Nova da Imperatriz, em homenagem à espôsa do Imperador, nome que com a execução do Código do Processo Criminal, decretado em 1832, não foi mantido. Vila Nova passou a ser Tupinambarana. Aliás, oficialmente, até 1832, era Vila Nova da Rainha. Parintins foi nome que veio depois.

(27) Doc. 43.

(28) Docs. 44 e 49.

(29) Documentação no Códice 401 da B. A. do Pará.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

(1) — P.a o P.e Provincial do Convento de N. S. do Carmo.

Tendo sido nomeado o Mo. Re. Pe. Fr. José Alvares das Chagas actual Prior desse Convento Missionario da Gentilidade que habita entre os Rios Tapajoz, e Madeira, Previno a V. Rma. que estão pra como importante Missão de maneira nenhuma deve interromper os privilegios, prerrogativas e direitos que pertencem a aquelle Missionario pelo Systema da Ordem em qualidade de Prelado local, no que S. Ex.cia Rma. convem.

Deus G.e a V. Rev. Pará 5 de Abril de 1804. Conde dos Arcos.

2) — Para José Rodrigues Preto.

Tendo recebido informações muito verdadeiras do merecimento, conducta e mais circumstancias de José Pedro Cordovil, recommendo a V. M. grandissimo cuidado em conservar-se com elle na mais perfeita paz e harmonia, cuidando no acrescentamento e prosperidade dessa povoação, sem que a discordia ou outro qualquer resentimento particular influa em nenhuma das medidas que se tomarem com attenção ao bem espiritual ou temporal desses individuos, lembrando a V. m. que alem dos grandes males que são sempre funesta consequencia da discordia, tambem se segue huma certa indisposição em mim contra os seus fautores assim como pelo contrario, a harmonia e união dos principios que contribuem para o bem do Serviço he na minha prezença o mais authorizado titulo de amizade portanto que arromadas todas as raizes da dissensão e de quaesquer outros motivos particulares entre Vm. e o dito Cordovil, Vm. se empregue com o mesmo louvavel zelo que até agora no que for util, e ao bem do aumento e prosperidade dessa Povoação.

Deus G. a V.m. Pará, 24 de Fevereiro de 1804 — Conde dos Arcos.

3) — Para José Rodrigues Preto.

Alem do que escrevi a Vm. em data de 24 de Fevereiro corrente, he indispensavel ordenar-lhe muito positivamente a mais perfeita harmonia com o Capitão José Pedro Cordovil a qual se deve exptuar principalmente não lhe praticando os Indios que pertencerem a sua Povoação nem pertendendo de qualquer modo aumentar essa com a diminuição daquella devendo V. M.

ficar na intelligencia que daqui emdiante toda a emulação e rivalidade entre V. Mes. ambos será na minha prezença hum crime horrendo pois que ellas so podem nascer obstaculos ao bem Espiritual e Temporal dessa Gentilidade, e deste Estado. E pelo contrario se Vmes. se converterem em grandes amigos, e se se esquecerem completamente de antigos ressentimentos de maneira que unão ambas as forças para o mesmo fim resultarão vantajozissimos proveitos bem como o espiritual dessa Gentilidade, o temporal de Vmes. o do Estado em geral, e todos os outros que a minha amizade poderá procurar a Vmes. ambos a quem remeto a copia da Carta Regia/ de que o Vigario deve ter pleno conhecimento para que contribua para a sua execução com as forças que a Igreja presta/ de 12 de Mayo de 1798, para que conhecida, e publicada a piedade das Intenções de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, Vmes. saibão comportar-se regularmente pelo que nella se dispõem, e porque no prezente cazo eu o tenho particularmente em vista recommendo a Vm. attenção ao ultimo paragrapho que principia — Constando nos que haja — .

Deus Guarde a V. M. Pará, 29 de Fevereiro de 1804 — Conde dos Arcos.

P. S. Previno a VM. que o Padre Frei José Alvares das Chagas, Missionario da Gentilidade entre os Rios Madeira, e Tapajoz vai muito particularmente encarregado por mim de harmonizar e fazer grandes amigos a V. Me. e a José Pedro Cordovil, a que V. M. se prestará como Eu espero, entendendo-se com o referido Missionario.

4) — Para José Pedro Cordovil.

O desejo de promover o adiantamento, prosperidade, e consolidação muito principalmente dos novos Estabelecimentos formados com Gentios cuja natural desconfiança he nascido da perfidia, a que os convida geralmente o antigo habito do ocio e da pilhagem, em que foram creados; me obriga a ordenar mui pozitivamente a Vm. procure com toda energia o desvanecer-lhes, persuadindo-os que delles nada mais se pertende que o seu próprio bem espiritual e temporal, e que so poderão conseguir por meio dessa Sociedade, fazendo-lhes ver isto mesmo não tanto em especulação como na pratica, facultando-lhes todas as vantagens que lhes fação perder o amor da vida silvestre, as quaes a principio se podem reduzir a bem pouco, convertendo-se-lhes insensivelmente em precizoens aquellas couzas, que até agora lhes erão desconhecidas e desnecessarias; dado este grande passo com facilidade se encaminharão aos differentes serviços a que já não repudião, e voluntariamente praticão os Indios Civilizados.

Competindo porem ao Reverendo Missionario e seu Coadjutor em particular insinalos no Catholicismo, fica sendo a primeira obrigação de

VM. instruilos na vida economica e interesses temporaes sem que comtudo deva considerarse dispensado de concorrer para o bem espirital desta Gentilidade, porque do comum accordo e mutua união que houver entre Vm. e os Reverendos Missionarios resultará o dobrado fim do bem da Religião e do Estado, pela reciproca dependencia que sempre reconhecerão os Povos mais bem regulados ter hum da outra.

Para melhor conseguil-o he antes de tudo indispensável adquirir o perfeito e cabal conhecimento da Carta Regia de 12 de Mayo de 1798, que lhe remetto por copia, afim que esses Indios athe por gratidão a intensões tão beneficas e paternaes se unão em respeito, amor e submissão a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, e tambem para que Vm. se empregue com toda a actividade e zelo em explicar a todos o verdadeiro espirito de tão Santas Determinações, que devem ser publicadas e sabidas por todos os Individuos da Povoação para conter as violencias, que se intentem praticar contra estes vassallos de Sua Alteza Real, e para que elles possam queixar-se se ainda assim houver quem contra toda a expectação ouze fazer-lhes soffrer.

Recomendo a V. M. a mais completa conciliação com José Rodrigues Preto, sepultando-se em profundo silencio as antigas contestaçoens e animozidades entre hum e outro de sorte que em breve se perca dellas a memoria pela perfeita harmonia que confio da honra de ambos as substitua, assim como aos grandes males, que ellas tem produzido, devem seguir-se maiores bens se reunirem os seus esforços, e se derem as mãos para o progresso espirital e temporal de ambas as Povoações de que estão encarregados, e de que não menos resultará o seu interesse em particular e do Estado em geral.

Com o justo fim de desterrar a ociosidade, que incontestavelmente tem sido a fonte de outros vicios e a infeliz causa da raiva deste Estado. Ordeno a Vm. que ao menos tenha um terço dos individuos dessa Povoação effectiva e imperturbavelmente empregados em quaesquer trabalhos particularmente nos das rossas tão necessarios como desprezados nesta Capitania, o que agora se supremamente prejudicial, sendo o commercio do Sertão entregue a Negociantes, que o fará muito mais activo e prospero se acharem nas povoações visinhas aos rios, em que a natureza offerece expontaneamente as mãis preciosas produçoens, os socorros de que necessitam para o sustento das suas Equipagens, pelas quaes troquem os generos necessarios as Povoações, que então sem duvida levarão para esse tão reciprocamente util como agradavel fim.

Ordeno igualmente que pelo modo indicado no presente paragrapho occupe o maior numero de Indios no exercicio da pesca porque sendo este emprego o mais analogo á propensão e ideas anteriores daquelles

Individuos, não só elles se prestarão a este exercicio de melhor vontade mas entreter-se-a a fartura na Povoação, conhecerão elles mesmos e apreciarão o uzo do Sal, verão que elle lhes conserva a comida que dantes apodrecia, que lha offerece com um novo sabor, que a podem trocar pelo mesmo sal ou outro qualquer genero dos que carecem.

A facilidade e commodos que a natureza offerece neste Sitio a construcção de canoas e a necessidade que ha dellas para dispozições da Real Fazenda e mesmo para promover a actividade e favor do commercio faz indispensavel que Vm. já se empregue com toda a efficacia em fazer construir ao menos seis embarcações de differentes tamanhos; mas todas proprias para a navegação de todo o rio Madeira e que conserve effectivamente um certo numero de Individuos empregados nos trabalhos necessarios a esta construcção.

Ultimamente ordeno que apronte e expeça com a maior brevidade dez ou doze cazaes de Indios e todos os Homens capazes de trabalho que for possivel para São João do Crato, pois tenho resolvido que essa Povoação ha de ser como hum viveiro de Indios donde devem partir pouco a pouco cazaes para engrossar a população de Borba, São João do Crato, e talvez doutras Povoações e supposto me seja bastantemente conhecida a difficuldade da observancia desta Ordem a julgo muito vencivel ao seo patriotismo que espero sempre teve em vista o bem geral do Estado, que na verdade ganhará muito com a breve e completa ezeção desta medida, assim como Vm. em concorrer efficaçmente para que se effectue.

Sendo as ordens acima prescriptas as que por hora julguei necessario intimar-lhe em tão importante objecto, e que me lizongeo lhe merecerão o maior e mais assiduo desvello e cuidado no seo cumprimento, rezervo as outras para as occasiões que se offerecerem opportunas.

Deus G. a VM. Pará 1º de Março de 1804 — Conde dos Arcos.

5) — Para o R.do Missionario Frei José Alz. das Chagas.

Serve esta como de communicar-lhe certas instruções para que Vra. tão bem coadjuve com as poderosas forças que a Religião presta aos designios temporaes e vistas economicas sobre a Gentilidade cuja iniciação no Catholicismo faz a primeira obrigação de que Vra. está encarregado: A respeito deste primeiro e essencial objecto da presente commissão não ha senão que esperar os mesmos effeitos que em Ega e Tabatinga resultarão da Caridade e zelo com que Vra. se emprega na Vinha do Senhor.

Para que pois a indispensavel união nos esforços que tem por objecto o bem Temporal dessa Gentilidade e do Estado he primeiro que tudo

indispensavel que Vra. e o seo Coadjutor tenham perfeito, e cabal conhecimento da Carta Regia de 12 de Mayo de 1798 que para isso por copia lhe remeto afim que esses Indios até por gratidão e Intenções tão beneficos, e paternaes se unão em respeito, amor, e submissão a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor e tambem para que Vra. se entregue com toda a actividade e zelo em explicar a todos o verdadeiro espirito de tão Santas Determinações que devem ser publicadas, e sabidas por todos os Individuos da Povoação para conter as violencias que se praticão contra esses Vassallos de Sua Alteza Real e para que elles possam queixar-se se ainda assim as soffrerem.

Deve Vra. empenhar toda a sua efficacia em harmonizar, e converter em grandes Amigos os dois Chefes das Povoações vizinhas José Rodrigues Preto e José Pedro Cordovil, neste momento escandalosamente inimizados de que rezultão tantos males ao progresso espiritual e temporal d'ambas as Povoações, como resultariam bem se elles unissem amigavelmente os seus esforços para o augmento das mesmas; o que Vra. deverá persuadir-lhes que he muito compativel com os interesses particulares que elles entretanto se podem procurar. Escrevo a José Rodrigues Preto prevenindo que Vra. vae por mim encarregado mui particularmente da Paz que daqui em diante deve haver entre ambos para bem geral do Estado.

Sendo a ociosidade incontestavelmente afonte dos outros vicios, já se vê que Eu não posso deixar de pedir a Vra. que muito particularmente dirija contra este objecto as mais energicas deligencias ou do Pulpito, ou do Confessionario, e athe mesmo nas praticas familiares, pois que a preguiça tem sido a unica infeliz cauza da ruina deste Estado. Em consequencia ordeno a José Pedro Cordovil para que ao menos um terço dos Individuos da Povoação estejam effectiva e imperturbavelmente empregados em quaesquer trabalhos, particularmente nos das Rossas tão necessarios como desprezados nesta Capitania o que agora he supremamente prejudicial sendo o Commercio do Sertão entregue a Negociantes que o farão muito mais activo e prospero se acharem nas Povoações vizinhas aos Rios os soccorros de que necessitam para o sustento das suas equipagens pelos quaes troquem os generos necessarios ás Povoações que então sem duvida levarão para esse tão reciprocamente util como agradável fim.

Occupar o mayor numero de Indios no exercicio da Pesca he objecto de outra ordem muito recommendada a José Pedro Cordovil da que segue-se que sendo aquelle emprego o mais analogo a propensão, e ideas anteriores daquelles Individuos não só elles se prestarão a este exercicio de melhor vontade mas entreter-se-a a fartura na Povoação; conhecerão elles mesmos e apreciarão o uso do sal, verão que elle lhes conserva

a comida que antes apodrecia; que lha offerece com novo sabor, que a podem trocar pelo mesmo sal, ou por outro qualquer genero dos que carece.

Tendo ultimamente ordenado a José Pedro Cordovil que com a possivel brevidade apronte dez ou doze cazaes de Indios e todos os homens capazes de trabalhar que for possivel remetter para São João do Crato, e tendo outrossim determinado que essa Povoação deve ser como hum viveiro de Indios donde devem partir a pouco e pouco cazaes para engrossar a população de Borba, São João do Crato, e talvez outras Povoações he necessaria que Vra. esteja nesta intelligencia em que eu lhe recommendo muito particularmente que coadjuve com todo o seu zelo, e efficacia a promptidão da observancia desta ordem cuja difficuldade me he bastante conhecida, mas julgo muito vencivel sempre que se leve em vista o bem geral do Estado que na verdade ganhará muito com a breve, e completa execução desta medida.

Estas são finalmente as mais notaveis recommendações que tenho por ora a comunicar-lhe em tão importante objecto guardando as outras para as outras occasioens que se offecerem.

Deus Guarde Vra. Pará 2 de Março de 1804 — Conde dos Arcos.

6) — Il.mo e Ex.mo Sr.

Passei ordens para se mudar o Registro da Villa de Serpa, para a Villa Nova da Rainha, por ser mui conveniente, não poder passar canoa alguma que não seja registrada, pois defronte da dita Villa está hua ponta de terra adonde mando pôr hua Vigia, porque tem hu paraná-miri por onde varios Commerçiantes costumão a levar Raparigas e Rapazes para Seus Serviços, ou para darem a quem lhes parecer, e Montarias.

Como Serpa e Silves são duas Villas onde nellas ha desordens, e ficão longe alguma couza da Villa Nova da Rainha, entregue o Commando dellas ao Capitão Miliciano com Patente de Sua Alteza Real Antonio Vieira Correa da Maya, por ter sido muitos annos Cadete e ter servido na Praça de Mazagão, sendo o primeiro que foi crear aquelle Registro e tem creado as duas Companhias auxiliares como se fossem pagos, todos estão Fardados, e Armados, com Patronas e Boldriés, manejão como se fossem Tropa paga. Tambem no lugar de Alvellos pelas grandes desordens que cada dia lá estão succedendo, e varias mortes, e facadas, pelas muitas Canoas que alli se ajuntão, por ser o melhor lugar do Rio Solimões, e ao prezente se achão lá 17 Canoas fazendo hua formidavel pratica dizendo aos Indios que são livres, e que devem servir a elles, que lhes pagão bem, e lhes dão de beber, e não Sua Alteza Real, que lhe não paga senão a dous vintens, e lhes não dá de beber, e nem tabaco. E para evitar essas desordens, mandei hum Sargento com quatro Soldados para prender

a dous delinquentes Matadores, e ficar aquelle lugar mais sucegado, e eu poder ter indios de lá para o Serviço Real.

Hoje recebi participação de todos os Commandantes das Fronteiras em que não havia novidade, e também recebi do Commandante de S. João do Crato em como tinha recebido duzentos paneiros de farinha e também não havia lá novidade.

D. G. a V. Ex.^a Barcellos 4 de Fev. de 1805.

Ilmo. e Ex.^{mo} Sr. Conde dos Arcos — José Antonio Salgado.

- 7) — O Tenente Commandante do Registro de Serpa me participou que por detraz da Villa de Serpa por hum Igarapé que ahi ha, que vem sahir abaixo logo de Villa Nova da Rainha passarão tres Canoas grandes de negocio só por não pagarem os Dizimos de Sua Alteza, porque vão vendendo pelos Engenhos e mais Cametá, as Manteigas, e Tabaco, e o resto que lhe fica he que então apresentão nessa Cidade, sendo huma também dos Frades do Carmo, que já este anno são duas que tem passado do mesmo Convento. E hua he de hu morador de Santarem, cujo Commandante não o nome, mas sim a alcunha que lhe chamão o Borda amassada. O que participo a V. Ex.^{cia} e que me parece justo passar este Registro para a Villa Nova da Rainha donde o meu Antecessor teve muito tempo o Cap.^{am} Franco, que então era Tenente.

Porque em Serpa podem passar por duas partes sem o Registro lhe valer, e na Villa Nova com o vegia na ponta de hua ilha que fica defronte não pode passar cousa alguma.

D. G. a V. Ex.^a Barcellos, 3 de Agosto de 1804.

Il.^{mo}. e Ex.^{mo} Snr. Conde dos Arcos.

José Antonio Salgado.

- 8) — P.^a José Pedro Cordovil.

Sendo de meu dever applicar competentemente assim o louvor como a reprehensão, e constando-me que Vm. se prestará de muito boa vontade maneira e amizade, e harmonia com José Roiz Preto, devo por isso louvar aVm. E assegurar-lhe, que espero assim se conservem, emesmo, que aperfeiçoem mais união, e concordancia em que todos devem viver.

Aproveito esta ocazião de repetir-lhe que convem mais que tudo ajuntar aessa Povoação em maior numero de Gentios possivel, e por tudo será muito conveniente, que o Gentio Canarazal seja convidado com as mais vivas instancias a unir-se a essa Povoação emesmo digo getodo e qualquer doutro Gentio, que possa ser convidado, eomesmo Ordeno nesta Ocazião ao R.^{do} Pe. Missionario com o qual Vm. deve ter sempre melhor

intelligencia visto que elle está encarregado da vastissima extensão entre os dois Rios. Deve Vm. outro sim lembrar-se, que essa Povoação não he feita para quinhentas, ou seis centas pessoas, mas sim para muitas mil Almas, que nodecurso do tempo deverão formar hum Estabelecimento muitissimo notavel, e interessante.

Lembro igualmente a Vm.ce. que aVerdadeira riqueza he o trabalho das terras, enão o ridiculo Commercio do Matto de que sessegue, que Eu nunca conciderei Nigociantes do Matto, eterei grandissima concideração sempre com Lavradores de quem serei sempre amigo e protector.

Deus G.e aVm.ce Pará 4 de Novembro de 1804 — Conde dos Arcos — Sr. Jozé Pedro Cordovil. —

- 9) — N. 2 — Commandancia do Registo do Parentins — O Governo actual da Capitania do Rio Negro convencido da necessidade de estabelecer á entrada da Capitania hum Registo, o qual sendo a porta unica por onde seja franqueada a Capitania possa ao mesmo tempo surprender os Dezertores; obstar a efluencia absoluta, e descarada dos Indios, em dishabitanes desta Capitania; conhecer da influencia dos da Capitania inferior, repremindo nestes os perfugas, que intentão evadir-se do interior della tendo abandonado as suas legitimas commissões; rezenhar exactamente todos os Generos exportados, tanto para saber formar justo conceito da importancia desta Capitania, como para accrescentar quanto for possivel as Rendas Reaes della por huma exacção exculpuloza dos Dizimos dos Generos do Consumo interior do estado, que amalicia perpetua, e estudada dos exportadores substrahe nos Districtos a exacção das Authoridades respectivas; O mesmo Governo informado aeste fim pelo seu primeiro Membro o Capitão de Fragatas, Commandante Geral das Tropas da Capitania que o Sitio denominado de Parentins sobre o Amazonas, limite desta Capitania com a do Pará, he o mais vantajozo para hum tal Estabelecimento / pois que sendo em huma garganta do Amazonas á entrada da Capitania, feixa tambem todos os Canaes de communicação do interior da Capitania / tendo dado em assento estabelecer alli hum Registo permanente rezolveo encarregar a Vm.e da execução da Obra, confiando pelas informações de ditto Commandante Geral que Vm.e hade bem satisfazer aesta importante commissão.

Portanto logo que Vm.e receber esta passará ao Sitio denominado de Parentins, e alli servindo-se dos Alveões que pela Portaria inclusa lhe parecer bem alli chamar do Juizo de Serpa, de Silves, e do Julgado de Villa Nova; servindo-se dos recursos, principalmente de Montarias, que de taes Lugares lhe parecer comprodencia exigir temporaria, e alternativamente; servindo-se dos Dizimos de dittos Lugares; servindo-se ultimamente dos Soccorros que com esta são a Vm.e agora expedidos por este Reaes

Armazens, e constantes da inclusa Relação, fará Vm.e sem demora a qual a estação não permite / limpar, e terraplenar perfeitamente a falta do morro de Parentins pela sua parte de cima sobre o Igarape, ou Lago que alli ha; fara tambem pôr promptas alli, edesbastadas as Madeira de Uacaricuara, ou acapu V.Sa. que constão da Relação inclusa dada pelo Mestre das Obras desta Capital: O que tudo estando prompto para avizo aqui com anticipação, afim de passar ahi o Mestre das Obras a erguer os pez direitos d'edificios, e deixar a Vm.e as instrucções Necessarias para o seu perfeito acabamento.

Adverte-se com tudo a Vm.e que os Edificios tem de ser por ora cobertos depalha, ainda que hão de ficar com o ponto para telha, aqual ao depois hirá com o tempo, em virtude das providencias que aqui se ficão tomando; advirtindo tambem que daqui hão de hir a seu tempo Portas, Janellas, Ferragens, Pregajes. Vm.e pedirá daqui a tempo mais algumas providencias, que athe das acima mencionadas julgar deverem hir daqui.

Ultimamente fara Vm.e mensalmente as Folhas dos vencimentos dos Operarios desse Serviço, as quaes expedirá desta Provedoria, para selhes fazerem os seus pagamentos nas occasiões. — Deus Gde. a Vm.e Barcellos 29 de Junho de 1806 — José Joaquim Victorio da Costa — Caetano Pereira Pontes — Antonio de Mattos — Snr. Commandante do Registo do Parentins.

10) — Il.mo e Ex.mo Snr.

Villa Nova da Rainha, a primeira Aldea depois de entrar na Capitania de Rio Negro, no seu principio Rancho de Indios da Nação Maués alli congregados por José Pedro Cordovil servindo á fortuna deste homem sem fortuna por seus grandes desvarios; logo depois situação deserta afugentados pelo mesmo Cordovil os Maués alli descontentes; e ultimamente Missão debaixo do Cathessismo do Missionario Carmelita Fr. José Alvares das Chagas, florente em Maués descontentes do Cordovil, outros descontentes antigos da villa de Silves, outros novos, e novos Indios da nação Mundurucu alli affluentes, juntos a estes alguns pequenos fragmentos de Indios da Nação Paravilhana para alli relegados das Aldeas do Rio Branco do tempo do Governo do Brigadeiro Manoel da Gama Lobo; esta Aldea neste seu ultimo estado emprega sempre ao maligno ciume do ditto Cordovil estaria já subvertida, como muitas outras semelhantes Aldeas desta Capitania, que successivamente tem desaparecido, se o Ex.mo Antecessor de V. Ex.a não tivesse sopicado aquelle ciume tendo-o conhecido.

Novamente agora pareceu ao Cordovil que o Governo do Estado passando a outro Chefe teria elle neste primeiro tempo occasião opportuna de maquinar sobre aquella Missão, e sobre aquelle Missionario; e para

isto poz-se dali em marcha para a Cidade sem obediencia ao Governo desta Capitania a quem deve subordinação, e para se ajudar no seu intuito pareceo-lhe de grande soccorro o estratagemma da apreensão da substancia mineral, de que trata a copia (E) da Carta aqui inclusa do Missionario; e a sua prompta conducção athe V. Ex.cia. fazendo-se para isso acompanhar de alguns Indios que ainda poderia comprar para o seu partido. A vicilancia actual daquella Missão pela intriga que alli suscita o Cordovil, não somente he de conjecturar á vista das Copias (D) (E) (F) das tres Cartas do Missionario aqui incluzas, mas lê-se na cara, ouve-se na vóz dos Indios alli Missionados. O primeiro Membro deste Governo he visto a melhor testemunha pela sua attenta vizita feita na sua passagem por aquella Missão. Parece, portanto que o soccesso daquella Nova Missão está em animar o Missionario e enfrear o Cordovil, para que o Governo do Rio Negro tem as regras de que necessita nas dispoziçoens apropozito em serrados na Carta Regia de 17 de Mayo de 1798. Este Governo porem sendo bastante circunspecto para não se expôr ao risco de cruzar com as suas deliberações as de V. Ex.a sendo a este fisco entregue ora por hum Frade Missionario, que busca a hum mesmo tempo em V. Ex.a, e neste Governo providencias aos negocios da sua Missão, ora por hum Morador intrigante, que evitando insubordinada, e maliciosamente a derrota do seu Governo vai direito a V. Ex.a pertendendo insensato intrigar ahi com soccesso sobre a mesma Missão, he portanto que este Governo deixa por ora os Negocios da Missão de Villa Nova affectos inteiramente a V.Ex.cia para a sua resolução. Espera porem este Governo que V.Ex.cia se digne de declarar-lhe e aos Missionarios e Morador de Villa Nova, se os Negocios subsequente daquella Missão competem ou não em primeira instancia ao Governo desta Capitania, bem como os negocios das outras Aldeas della.

Juntas a estas vão as amostras da substancia mineral remetidas pelo Missionario e referidos na Copia (E) aqui incluza. Quanto a este Artigo respondeo o Governo ao Missionario, que emquanto V.Ex.a sobre o exame a que ahi mandasse sobre ellas proceder não deliberasse, parece se devia impedir a entrada nos logares aonde forão colhidos.

Passemos agora á Nova Aldea dentro do Rio Maués. A Carta do 1º de Março do anno corrente escripta da Barra deste Rio ao Ex.mo Antecessor de V. Ex.a pelo Intendente da Marinha em viagem a este Governo, incluindo a Copia da resposta do mesmo Intendente de 29 de Fevereiro ao Missionario de Villa Nova as suas cartas deste de 11 e 14 de Fevereiro alli tambem incluzas tendo a esta hora dado a conhecer a V. Ex.cia o estado convulsivo daquella nova Aldea a continuar ella o ser regida pelo seo instituidor José Rodrigues Preto, terá tambem agora determinado a V. Ex.a a decidir da sorte della, retendo, ou removendo dalli dito José Roiz, cuja resolução, bem como os que alli disserem respeito ficam desde

agora por este Governo affectos a V. Ex.a attendido o desvio athe aqui tolerado aquelle instituidor de deixar a derrota deste Governo para tomar a de V. Ex.a Espera porem este Governo que V. Ex.a se digne tambem declarar-lhe e ao Regente dalli, se os negocios daquella nova Aldea competem ou não em primeira instancia ao Governo desta Capitania bem como os negocios das outras Aldeas della.

Ajuntão-se agora aqui de mais as Copias (G a H) dos dous Requerimentos apresentados em pessoa a este Governo pelo primeiro Abalizado, e primeiro descido da Nação Mondorucú ao tempo da paz feita com esta grande Nação, e pelo Morador de Silves descendente immediato da Nação de Magues. Pelo primeiro destes requerimentos verá V. Ex.a ratificado o descontentamento da Nova Aldea do Rio Maués pela continuação da regencia de José Roiz Preto, e obviará; pelo segundo verá V. Ex.a propor-se hum novo regente para aquella Aldea, e deliberará pelos despachos deste Governo lançados em ambos requerimentos verá V. Ex.a as deliberaçoens do Governo tocante aos negocios daquella Aldea dependentes por ora de deliberaçoens de V. Ex.a, enquanto V. Ex.a se não declara.

Deus G. a V. Ex.a Barcellos 12 de Agosto de 1806. Il.mo e Ex.mo Snr. José Narcizo de Magalhães e Menezes — José Joaquim Victorio da Costa. — Caetano Pereira Pontes — Antonio de Mattos.

- 11) — Il.mo. Snr. Intendente e Commandante Geral. — De necessidade participo a V. S.a que José Pedro Cordovil com a noticia da partida do Sr. Conde, está cada vez peor, está em termos de arruinar o Gentio com más praticas que publicamente lhes faz e com tudo o mais se embaraça de sorte que está innaturavel. Pedi eu mesmo ao Juiz de Silves que pozessemos tambem aqui dous Pescadores da Praça para os passageiros, e mais algumas pessoas terem donde comprar; assim se fez encarreguei, eu ao Xenspeçada Estevão de cobrar, e guardar o dinheiro dos ditos para se lhe dar depois de pagos os Dizimos e pagarem a Ferramenta, e Canoa, e como na grande enchente não aparecia peixe, e de todo não trazião quazi nada he verdade que lhe disse se pagassem os tambaquiz grandes a 80 reis, e mais nada athe haver fartura, e pagarem o que fica mencionado. Eis que anda tirando o ditto Cordovil a Festações para mandar para onde quer, e diz que toma conta deste Governo, e que he Juiz e tudo isto poem em desordem, e risco esta Povoação, e a mim me desanima; se V. S.a não acode a este homem perdido e foriozo com o Genio, e peor que tudo com a bebida Mandeí fazer hum casco para huma lgarite grande para carregar madeira para a Igreja, sahio muito comprido que não servia para a ditta obra, comprei eu huma lgarite grande para o ditto fim. Carregou-se a Madeira, paguei muito bem aos Indios o Trabalho do ditto casco, e fazia conta de pollo meu Preto trabalhar nella depois de

me custar no pagamento mais de quarenta e tantos mil reis procuro a V. S.a se tem algum embaraço, depois de todo ser a conta dos Indios, e do mesmo Soldado Serrão que lhe assistio, e tudo ficou contente e satisfeito, e para não haver que dizer paguei demais; agora resta pois a descisão de V. S. para não perder o que gastei.

Eis aqui Snr. quem me tira o soscego lembrame que talvez o Demonio tenha licença para arruinar huma Obra de tanta importancia, o que tanto me tem custado; por meio deste Lobo que rodea bravecido este Curral e não pode ver aqui quem lhe faça sombra donde tenha o seu absoluto domicilio e que agora mesmo S. Ex.a o reprehende das suas absolutas prizões, e que elle não faz nenhum cazo das ameaças dos Superiores. He o que por ora temos a tratar do que muito e muito me custa, e só o bem publico me obrigava. Deus G. a V. S.a Villa Nova da Rainha 12 de Março de 1806. Il.mo Snr. Intendente. O Missionario Fr. Jozé Alvares.

- 12) — Il.mo Snr. Governador. — Huma nova participação tenho a fazerlhe. Chegarão aqui huns cinco Indios que tinham hido ao matto buscar o resto das suas couzas que la lhe tinham ficado, e logo na segunda noite de sua chegada sahio a grande novidade de que tinham levado a Cordovil hum embrulho que diz teria quatro libras de huma materia, ou metal, que lhe chamarão prata fez elle huma grande bulha, pedindo oito soldados ao Destacamento para cercos e prizões. O Commandante do ditto respondeu lhe que fizesse hum officio, e dissesse parao que, pois o considerava despido de toda a authoridade para o ditto fim, tudo parou em disputas, e elle levou o embrulho, que eu não vi, e fosse nessa mesma noite para seu sitio de donde praticou os Indios novos com este pé para ter occasião de hir para a Cidade.

Logo de manhã chamei eu os dittos Indios para saber a verdade, a qual elles me não disserão pelo susto, que ainda tinham de que succedera a noite passada. Elles me disserão que tinham achado aquelle embrulho em huma caixa, de hum Indio Velho Paige que tinha morrido, e que dissera ditto que ninguem abrisse porque tinha possangas a ditta Caixa, e que só hum Indio dos que forão a poderia abrir. Depois no outro dia tendo eu já novas noticias os tornei a chamar e depois de varias praticas com que os asustei, me disserão com effeito que hera certo terem tirado o ditto metal e que já outros o tinham tirado sendo o seu lugar no centro das terras dos Maués, o que he bastante.

Depois disto appareceo outro Indio que aqui está que diz está prompto a hir mostrar naquellas partes nas Cabeceiras de hum Igarapé que elle achou andando ao Cravo; hum lugar donde se pode tirar outro metal melhor que aquelle, pois he amarello, tanto misturado na areia como em

folheta / palavras suas pois he portalvez ladino, e já tem hido a Matto Grosso / e que tudo está aparecendo e sem custo e que não a mostrou a ninguem, porem que sabe muito bem donde he, porem já tenho ouvido, como já disse que parece, outras pessoas tem noticia; e mais diz que no tempo de tres semanas se pode fazer esta diligencia. Depois de tudo assim praticado passei a persuadilo que nada mais falasse a este respeito athe eu dar parte a V. S.a e descidir sobre este cazo; e muito me peza em huma canoa que passou eu dar parte logo do primeiro successo do Cordovil, emquanto os Indios me falarão com engano; e assim o disse a S. Ex.cia não obstante prometter-lhe a Verdade, logo que a conhecesse, o que V. S.a pode agora fazer — Deus G. a V. S.a m.a. Villa Nova da Rainha. 4 de Junho de 1806 — Il.mo. Snr. Governador. — Fr. José Alvares das Chagas. P. S. Vai huma amostra do que trouxerão, que só pude pilhar, sendo differentes em dureza, outros pedaços mais pequenos me dizem tudo tem Cordovil.

- 13) — Il.mo Snr. Gov. — O lobo ferós e faminto rodea o innocente rebanho, e se ainda o não tragou, ao menos espantão e talvez o afugente consideravelmente. José Pedro Cordovil, aquelle home insaciavel de intrigas e que athé agora dizia que os meos serviços só com o Bispado do Pará se pagarião, hoje ciozo de governar e de levantar outra vez o seu trono absoluto e independente, não pode ver sem magoa aqui reinar a paz e ver-se com hum Padre á testa que reprehende os seus pessimos procedimentos. Acha que he tempo de vomitar a collera que athé agora ocultava e o devorava, só por medo do Snr. Conde e dos Castigos que o ameaçavão e agora emquanto este Snr. o não conhece, acha tempo oportuno e que faz; entra a praticar os Indios com bebidas assustaos e consegue adquirir athé tres como Principaes, e outros cinco ladinos entre os mesmos levaos para o seu sitio e dahi la vai para a Cidade a dizer a S. Ex.cia o que lembrar de mau. Palavras suas — que aquelles Gentios hera gente sua que muitos são ladinos e que elle os podia hir buscar quando quizesse que vierão enganados. Respondo que pelas mesmas cauzas foi o descimento mais custozo, por que já todos conhecião Cordovil, e só a promessa de que nunca mais Cordovil os governaria, os venceo a vir porque muitas vezes os tinha abandonado e só naquellas partes lhe fazião conta para tirar Salsa e Cravo. Teve ordem do Snr. Conde para assim o fazer pois hera na verdade mais obstaculo para não sahirem por alli outros, e o tal mocambo custou mais do que todos os mais que tem sahido ehão de sahir, porem elle não se lembrou no termo de hum anno de fazer a sua obrigação, como prometteo a S. Ex.a apesar das minhas repetidas supplicas e por livralo tantas vezes de ser castigado, tomei sobre mim tão grande pezo, que só a elle pertencia pois o jurou e senão seria prezo naquella cidade se com effeito eu julgace que a

despeza que eu da minha pobreza tenho feito, os mais trabalhos, consumições e desgostos se havia juntar o ter de a tirar o Cordovil, peor que tudo isto, eu talvez me não animace a fazer hum serviço para elle ser o Censor; e que procura esconder o merecimento porem tenho a gloria que V. S.a vio e todo o mundo vê, e tambem se vê que o meo desinteresse sem me aproveitar de Indios para o meo particular me justifica.

A dezordem que principiava a lavrar entre os novos descidos, e desgosto meo e delles, me obrigam a fazer-lhe hum officio em nome de V.S.a do qual nem resposta teve nem fez caso do mesmo soldado Serrão que o levou; eu remetto a copia para V. S.a ver, elle ditto Cordovil me dizem que já lá vai com todos os Indios para a cidade, deixando em desgosto os mais e cheios de más praticas para suspirarem pelas suas terras, roças e liberdade e athé o mesmo Mameluco que me serve como de Principal, e que tem trabalhado bastante, agora vive no maior desgosto que me custará a sustentar esta empreza athé V. S.a segurar e providenciar para que o Diabo não faça mal a esta obra que he de Deus, eu assim a espero com a maior brevidade.

Eu creio que todo o empenho do Cordovil he tornar a metter esta gente nos seus mattos, donde possa continuar com os seus regocios injustos, que mizeria humana, Deus nos livre. Agora que estavam na força do seu estabelecimento, Baptizando-se, Cazando-se, o Demonio quer metter o dente em tão grande ceara, Deus nos acuda. José Roiz Preto ainda agora está a partir para a Cidade diz muito mal do Snr. Conde, e promette alcançar muito deste Senhor, que se lhe fizer a vontade não faltarão violencias e privaçoens de negocios para outras pessoas he o que pertende. Os Principaes diz que estão a espera de mim muito desgostosos; e por elle ver isto tambem se queixa de mim. Emfim Snr. V. S.a pode achar para esta Povoação, e ajudar-me já que ha muito Povo, e cada hum procura mais a sua conveniencia do que o bem publico, e já disse a V. S.a que hera preciso quem me ajudasse neste trabalho, não sendo Cordovil, nem outro da mesma qualidade.

Faço remetter daqui estas participações em directura para maior brevidade, a qual espero de V. S.a pois o que remetto parece de importancia.

O Cadete que daqui partio creio não deixou em Santarem a Canoa antes parece levou canoa e gente para a Cidade, e tambem huma India furtada, e o filho do Mestre de Campo de Oeiras levou duas tambem daqui, tudo a meu pezar. Deus G. a V. S.a Villa Nova da Rainha. 5 de Junho de 1806. — De V. S.a Muito Venerador Creado. — Frei José Alvares.

- 14) — Illmo. e Exmo. Snr. — He objecto deste Officio apresentar agora a V. Ex.a a ordem que me expedio o Exmo. Antecessor de V. Ex.a em fine paragrafo do seu Officio de 5 de Dezembro do anno de 1805 cujo paragrafo vos aqui verso transcrito por Copia por mim assignada, tendo esquecido em tempo de apoiar com elle huma parte do Officio deste Governo.

N. 6 — a V. Ex.a Acrescento somente, que não obstante as providencias aceleradas denunciadas no Officio — N. 2 — Commandancia do Registo de Parintins — Incluzo por Copia de nominada (I) em dito Officio a V. Ex.a e tomadas desde logo por este Governo para a Co.a, e apressada execução da sobredita Ordem no grande, e universal intuito que dita Copia (I) se declara, a obra meditado n'aquelle escolhido Lugar de Parintins para Registo reduzindo-se a Armazem para depozito, e Quartel para a tropa alli destacada, espera para a sua execução a Resolução de V. Ex.a pela Junta da Fazenda em vista dos motivos declarados em dita Copia (I). D. G.e a V. Ex.a Barcellos 2 de Mayo de 1807. Illmo. e Exmo. Snr. José Narcizo de Magalhães Menezes — José Joaquim Vitorio da Costa.

- 15) — 2) Illmo. Exmo. Snr. — O Governo desta Capitania á vista de documentos de V. Ex.a, que lhe tem sido presentes, intendendo agora que os Negocios do Novo Estabelecimento no Rio de Maués, e os da Missão de Villa Nova da Rainha lhe estão primeiro affectos, faço saber aqui a V. Ex.a, que taes Negocios estão já sobre o tapete do Governo, seja porque o torneio delles, seja porque representações dos respectivos funcionarios exijão tomal-os em consideração.

O que o Governo tem produzido relativamente á dita Missão de Villa Nova verá V. Ex.a nas Copias aqui incluzas desde (A) athe (F). Aonde o Governo pede a atenção dobrada de V. Ex.a que o Principal Gentio denominado Marê de que nellas se trata de hum, que diz ter sido ha pouco á presença de V. Ex.a com quaes quer requerimento que seião.

O que o Governo tem produzido relativamente ao Novo Estabelecimento no Rio de Maués verá V. Ex.a nas Copias incluzas desde (G) athe (N) Aonde pela Copia (L) alcançará V. Ex.a hua suspensão temporaria na regencia de José Roiz Pinto, e húa retirada temporaria delle para o lugar da Barra deste Rio, o qual o Governo ordenou por motivo de fazer instruir, e processar livremente naquelle Estabelecimento a couza daquelle Fundador com o Governo, cuja cauza será logo a seu tempo apresentada a V. Ex.a para o julgar.

A vista de algumas das Copias incluzas alcançará V. Ex.a que derrota se abre o Governo para restabelecer a Ordem naquelle Estabelecimento e Missão, para cujo restabelecimento as providencias e ordens alli succes-

sivamente expedidas serão successivamente participadas em tempo V. Ex.a por Copias similhantemente expedidas a V. Ex.a em outros Officios.

Seja-me permitido dizer aqui a V. Ex.a que me he muito dolorozo, que o expediente da Secretaria deste Governo não possa ser tão acelerado quanto eu dezejo a vista da multiplicidade actual dos Negocios desta Capitania. Them unico Cabo de Esquadra do Regimento de Macapá, José Antonio Coelho, antigo e esquecido, o qual já do tempo do preterito Governador Manuel da Gama Lobo servia com distinção, e merecimento esta Secretaria, he o quehoje com a mesma distinção, e merecimento a Serve, cuja assiduidade só não pode vencer os afazeres deste Expediente, hoje grande; nem ha aqui na Tropa outro em quem lançar os olhos para cooperar dignamente com elle em tal Lugar; se não he hum só, o qual á falta de igual occupa importante Posto: A tanto passou desde o meu tempo preterito aqui o estado luzido de Officiaes Inferiores desta Guarnição, o qual facilitava aos Chefes a execução de quaes quer Comissoens de qualquer Repartição. He por esta razão que eu não podem fazer ver por Copias a V. Ex.a todas as operações deste Governo, como eu quizera, seja por dar sem reserva prova plena de obediencia a V. Ex.a, seja por receber de V. Ex.a a tempo a conserve que me illustrese na carreira.

Deus Gad.e a V. Ex.a Barcellos 5 de Mayo de 1807.

Illmo. e Exmo. Sr. José Narcizo de Magalhães de Menezes. José Joaquim Vitorio da Costa.

- 16) — Copia N 1 — Missão de N. Sna. da Con. em Maués — Recebi a frente do Governo a Carta de V. M.ce de 12 do corrente a qual respondo agora.

Quanto a providencia que V. M.ce propõe de se efectuar o Commercio com os Gentios dessa Missão tão somente porentre os seus Principaes, e Regente, parecendo a V. Mce esta providencia a mais efficaz para obviar a fraude, dolo, malicia, e suggestão deprevaricadores, por cujos meios os Gentios se afastão mais da nossa instituição, deve ser ella hum grande problema de difficil resolução p.a mim á vista de dous principios adoptados de concordia na Carta Regia de 12 de Mayo de 1798, a saber a orfandade dos Gentios novamente descidos, e a liberdade de Commercio a qualquer com os Gentios. Deixando pois a solução completa deste problema, para o qual eu só não basto, darei, delle aqui huma solução bastante aproximada ao que vou dizer: Todo o procedimento practicado com os Gentios tendente a irrital-os, ou arredal-os do Gremio dos seus instituidores he consinado no Art. 7, da dita Carta Regia, e ainda mais severamente no Art. 12 pelo que respeita aos Novos Estabelecimentos de Gentios, tal como esse que V. M.ce agora missiona; aos Juizes dos Districtos respectivos pertence ex-Officio por dito Art. 17 e pelo modo que nelle se prescreve tomar conhecimento de taes procedimentos, e proceder contra os culpados:

Devem pois os procedimentos prohibidos pela Carta Regia, contra os Gentios vir ao Governo processados, e com os Reos pela via do Juiz Ordinario desse Districto, pelo que respeita a essa Missão que agora se acha debaixo do Catecismo de V. Ex.a.

Quanto a Jurisdição temporal sobre os Gentios dessa Missão cujo concurso com a Jurisdição Espiritual V. M.ce propõe na pessoa do Missionario, não pode ela ao meu ver ser mais externa do que a Jurisdição do Pay sobre o Filho, ou do Tutor sobre o Popilo, porquanto he neste sentido que os Gentios novamente descidos e seus instituidores são considerados em dita Carta Regia: Parece pois que fora dos Limites prescritos á jurisdição paternal, ou tutelar, devem os Gentios novamente descidos ficar sujeitos a Jurisdição Civil respectiva. He verdade que a instituição das Leys suppõe a disciplina do homem, e que portanto parece não dever ser dellas objecto a brutalidade dos Gentios novamente descidos: No que se me oferece outro problema de difficil solução da qual porem me parece aproximar no que vou dizer: Ainda que por virtude, e efficacia do Catecismo de V. M.ce sobre o Gentio dessa Missão não são de esperar agora cazos para exercer sobre elles maior jurisdição do que atutelar, comtudo nos cazos eventuaes trancedentes os limites da Jurisdição tutelar deverá V. M.ce recorrer á Authoridade Civil respectiva a qual sendo taes cazos da sua competencia tomará delles conta pelo modo entre V. M.ce ambos ajustado, mais adaptado ás circumstancias dos Gentios; mas cuja Authorid.e Civil sendo taes cazos acima da sua competencia tomará delles conhecimento prescrito pelas Leys, e os remetterá instruidos ao Governo para este fazer com o respectivo Magistrado, modificar quanto parecer bem o rigor das leys pelo estado de disciplina dos Gentios.

Quanto ao projecto de estabelecer ahi a seu tempo huma Ollaria com Operarios pagos a custa de V. M.ce, e com as complicações apontadas na dita sua Carta, este Negocio, bem ocmo todos dessa Missão que importarem a concessão, ou providencia do Governo devem ser a este propostos pela via de requerimento, por ser esta a mais franca, e a mais desimpedida para o Governo transmitir e continuar á sua acção.

Quanto ao requerimento dos Dous Principaes, que V.M.ce incluiu na dita sua Carta, revertem agora aqui incluzas impellidos pelo Governo.

Quanto á viagem que V. M.ce intenta para huma Canoa sua á Cidade, teve V. M.ce em obediencia ao Edital de 6 de Junho de 1802 habilitar-se primeiro para a Viagem pelo Juiz Ordinario respectivo, e depois com a attestação legal por elle passada requerer ao Governo o passaporte preciso para sobir da Capitania.

Quanto á India de Carvoeiro que V. M.ce necessita para o seu serviço visto achar-se ella agora ahi fora do seu respectivo Districto pode V. M.ce

conservar-a no seu serviço, querendo ella, devendo porem V. M.ce em observancia do Art. 5 do Edital de 6 de Junho de 1802, e dentro no prazo nelle assignado fazer apresentar ao Juiz do Districto a que a India pertence Copia Legal de Termo de Soldada que com elle tiver aprestado : Esta derrota deve V. M.ce seguir enquanto o Governo não julgar conveniente ordenar a inteira observancia de dito Art.º, fazendo recolher aos seus respectivos Districtos os Indios delles exdomiciliados, depopilados pela falta de observancia de dito art.º desde a sua publicação os Districtos contra o que o mesmo Art.o prevenio.

Ultimamente vista a proximidade da residencia de V. M.ce com a do Missionario em Villa Nova, e vista a identidade de funções comuns a ambos desejaria eu bem que V. M.e transmitisse agora aquelle nosso cooperador a mor parte dos pensamentos que nesta carta se incerrão com cujo Padre a inteiro regeneração desta Capitania agonisante interrompe ainda agora para algum tempo as respostas do Governo, para apressar a qual regeneração serão agora de grande proveito dias maiores de vinte e quatro horas, e saude menos entricadente no primeiro Membro do Governo. D.e G.de a VM.e Barcellos 29 de Novembro de 1806 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rvo Snr. João Pedro Pacheco Missionario da Nova Missão de N. Snr.a da Conceição em Maués.

- 17) — Copia Nº 1 — Missão da Villa Nova da Rainha — Tem sido recebidas do Governo as Cartas de V. R.ma de 6 de Março, 6 de Abril, e 12 de Maio, 4, e 5 de Junho do anno corrente. Todas ellas a excepção de 4 de Junho, pedem providencias que tem de ser dadas em geral a todos os Districtos em Cartas Circulares, que o Governo tem entre mãos para os Districtos, mas que não podem apressar-se mais p.r que mil objectos particulares lhe tomão a dianteira, pedindo mais prompta, e incessante providencia : Apelle portanto V. R.ma, assim como todos os Districtos para a sucessão de ditas ordens Circulares, no entanto a Carta Regia de 12 de Maio de 1798, e o Edital de 6 de Julho de 1802 / que teve de ser por miudo e objecto de ditas ordens Circulares / devem servir de fundamento ao regime economico e politico de todos os Districtos bem como a esse Julgado, fazendo a esse Juiz extremar o Judio Adeão, e do Judio novam.te descido, e em Missão.

Enquanto a Carta referida de 9 de Junho : enquanto eu não participar ao Exmo. Snr. General o negocio de que ella versa parece-me conveniente que se prohiba a quem quer que for a entrada nos lugares em que reside o mineral, de que V. R.ma, me remetteu a amostra.

D.s G.e a V. R.m Barcellos 3 de Julho de 1806 — José Joaq.m Victorio da Costa — Caetano Pereira Pontes — Antonio de Mattos — I Rev. Snr. José Abi das Chagas Missionario da Nova Missão em Villa

Nova da Rainha — P. S. A Julgado de Mauéc, o qual pede para alli providencias como V. R.m para ahi. ponho V. R.m na intellig.cia do espirito desta Carta emquanto não vão Ordens.

- 18) — Cópia Nº 2 — Missão de Villa Nova da Rainha — Não se encontrando nos Registos da Secretaria deste Governo titulo algum, seja do Exmo. Snr. General do Estado, seja deste mesmo Governo, que ordene ou Autorize, seja vagamente, seja nomeadamente ou afixação de domicilio, ou a detenção somente de pessoa alguma nessa missão com dedicação privilegiadamente ao importantissimo Serviço do pequeno desse Estabelecimento de Gentios novos: V. R.m com a possivel brevidade fará ver a este Governo os titulos que tiver da natureza dos acima mencionados, expedindo ao mesmo tempo a lista das pessoas ahi legitimamente residentes com a dedicação mencionada, cuja lista declare a qualidade, naturalidade e emprego de taes pessoas: Tudo afim não somente de traçar com acerto as ordens que devem encerrar as providencias á confusão athé aqui dominante nessa Missão mas tambem de servir profundamente o respeito devido ás ordens Superiores que houver.

D.s G.e a V.Rma Barcellos, 9 de Março de 1807 — Sr. R. V. e Missionario de Villa Nova da Rainha — José Joaquim Victorio da Costa.

- 19) — Cópia Nº 3 — Missão de Villa Nova da Rainha — Villa Nova da Rainha e N. 3.a da Conceição no Rio de Maués, Povoações em ordem ao estado civil de seus habitantes compostos de duas diversas classes de pessoas, por hua parte Gentios selvagens reputados orfãos pela Carta Regia de 12 de Maio de 1798, e por ella comettidos para o seu estabelecimento, e instituição Civil e Christans á tutela immediata de seus respectivos tutores, os quaes a sua custa, e por em aliciamento os attrahirão dos interiores das Mattas, por outra parte Gentes Civilizadas, de toda a especie, alli congregadas debaixo do dictame das Leys na mão do Juiz ao respectivo Districto, tendo athe agora ditas Povoações estado expostas a terriveis convulções por obuzes comettidos na sua regencia, nascidos talvez da ignorancia dos Limites que competem e os diversos funcionarios que para ella concorrem: O Governo da Capitania do Rio Negro pos providencia restauradora da ordem alli transvertida declara o seg.te:

1º "Com a regencia e direção dos Gentios Selvagens, e sua decendencia attrahidos das Matas aos novos Estabelecimentos incorporados em ditas Povoações, pertence inteira e privativamente aos Fundadores de ditos Novos Estabelecimentos, emquanto o Exmo. Snr. General do Estado, a quem toca a correção de taes Estabelecimentos, não declarar della absoldido os Fundadores, ou o Governo desta Capitania por motivos poderozos os não declarar suspensões. E se para apoiar a Regencia e direção dos Gentios de ditos Novos Estabelecimentos os seus respectivos Fundadores

judgarem necessario o socorro da força Militar, ou Civil do Districto, pode-la-hão requerer em termos do respectivo Commandante, ou Juiz, os quaes deverão justar a respectiva força em termos.

2º "Que os Fundadores de ditos Novos Estabelecimentos deverão em tempo apresentar a este Governo os titulos que tiverem obtido, e obtiverem dos Exms. Snrs. Generaes do Estado Relativamente a ditos Estabelecimentos, a fim de que este Governo não tendo ocasião de as ignorar possa cumpril-os, e fazel-os cumprir aq.m o seu cumprimento pertencer; devendo igualmente os mesmos Fundadores requerer deste Governo quaes que outros auxilios, e providencias alem dos que lhe forem adscriptos pelos titulos obtidos dos Exms. Snr.es Generaes do Estado, e os quaes sendo da competencia deste Governo lhes parecerem necessarios á prosperidade de ditos Estabelecimentos: Tudo afim não somente de não comprometer as Authoridades, Subalternas com o Governo, e ambos com o Exmo. Snr. General do Estado por falta de cumprimento do que huns e outros devem observar / o que virá ser prova do orgulho dos fundadores / mas tambem de evitar o conflicto eventual entre os Funcionarios Publicos por ignorancia do que lhes cumpre observar.

Adverte aqui o Governo que esta Carta he expedida por Copia ao Juiz Ordinario do respectivo Districto, e ao Commandante do Posto Militar agora estabelecido no Districto, porque hu e outro fiquem na intelligencia della.

Deus Gd.e a V. R.mo Barcellos 15 de Março de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rvo. Snr. José Alz. das Chagas Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 20) — Copia Nº 4 — Missão de Villa Nova da Rainha — A vista da Carta — N. 3 — Missão de Villa Nova da Rainha — comprehendendo já V. R.mo que este Governo consultará todas e quaes quer propozições que V. R.mo julgar conveniente fazer lhe alem do progresso e prosperidade desse Novo Estabelecimento de Gentios de sua Missão e segundo o estado agora decurrente do mesmo Estabelecimento. O Governo faz aqui saber a V. R.mo que a propozição feita com antecipação por V. R.mo sobre a passagê clandestina acontecidas de certas pessoas pertencentes a essa Missão para a outra do Rio de Maués, sendo propozição de facto; foi in prompto consultada, e rezolvida por este Governo: Pela Carta — N. 3 — Missão de N. S.a da Conceição do Rio Maués — da qual vai aqui incluza a Copia, e pela qual o Governo obstando em geral a tais passagens clandestinas procede em particular ao conhecimento da passagê aceita por V. R.mo concedida a Ferreira, e sua familia dessa Missão para a do Rio de Maués, cujo conhecimento seguindo agora as vias de Officio terá a seu tempo exito, o qual será a V. R.mo completamente anunciado.

Este governo espera de V. R.mo noticias ordenadas nas Cartas — Nos. 2 e 3 — Missão de Villa Nova da Rainha —, afim de passar com acerto as sucessivas ordens que pertencerem ao Juiz Ordinario desse Districto com relação a essa Missão de V. R.mo Com a observancia de taes ordens da Parte do Districto, e com o Archote da sobredita Carta — — N. 3 Missão de Villa Nova da Rainha — ouzo nas mãos do Missionario, e do Juiz espera o Governo ver restabelecida a ordem transtornada nessa Missão, e consequentemente o progresso e prosperidade della, sobre cujos objetos deve V. R.mo es..... poucas em breve chuveiro de Cartas que athe a data de 13 de Janeiro desteanno teve expedido ao Governo, e com o desprezo de taes ordens, e da luz de tal Archote, espera o Governo ver sempre acima ao orgulho que ahi athe agora mascarado tem equivocamente feito as suas revoltantes emprezas.

D.s G.e a V.R.mo Barcellos 15 de Março de 1807 — José 'oaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rvo. Snr. Tr. José Alz. das Chagas, Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 21) — Cópia N. 5 — Missão de Villa Nova da Rainha — Respondo aqui particularmente a Carta que acabo de receber de V.R.mo datada de 17 de Fevereiro passado, cujo assumpto particular he o Gentio Principal, denominado Mauê, ahi residente, o qual foi da dita Carta Portador.

O expediente que V. R.mo propõe de relegar dahi para partes remotas dito Principal, e seu interprete Philippe, afim de fazer cessar por este modo a suggestão que V. R.mo presume da parte do dito Prp.al sobre os Gentios Novos que alli lhe dão obediencia, e esfriar assim a propenção que delle parece nutrir de se amontoarem outra vez as suas Selvas immediatas por influencia que sobre elles lhe parece o branco Cordovil, a quem V. R.mo prezume que taes Indios foram — e outros nos seus antigos domicilios, para dalli o servirem practicamente naextração do Cravo, Salsa & tal expediente não me parece adoptavel á vista de taes motivos sós, devendo ao meu parecer tal expediente ser reservado por providencias energicas e outros motivos eventuaes de outra ordem, na desconfiança de que grandes exemplos feitos nos Optimates de Naçoens Gentilicas indisciplinadas podem pricipitar a indisposições, e o humo de taes Naçoens contra o nosso mesmo intuito, para cuja desconfiança me authoriza a experiencia que tenho a vinte e oito annos de Indios.

Em termos taes faço voltar dito Principal Mauê, e mais indios novos que o acompanharão, os quaes vão por mim doutrinados no espirito da Carta — N. 3 — Missão de Villa Nova da Rainha — isto hé vão entregar a regencia e direção privativa de V.R.mo, quem só devem consultar, obedecer, evitando a sugestoens seja do Cordovil, seja de quem quer que

for que os rumava das Regras do Estabelecimento, e da Civilização dadas por V. R.mo Se a impressão desta doutrina, que daqui levão, e a impressão daq. V. R.mo ahi lhes continuar for infelizmente no futuro apagada por sugestão alheia, se a sedução sobre os Gentios, tão folminada pela Carta Regia se esconder astutamente á perseguição q.e logo a seu tempo lhe vão declarar ordens pozetivas deste Governo, outro tempo e outra experiencia nos ensinarão o que melhor convem fazer do Principal Mauê, em ordem a não dar rebate far..... to a Nação Gentilica, de que descende. No entanto apure V. R.mo o trabalho de combater directamente a suggestão doloza, e escondida que ahi vai, empregando neste combate primeiro todas as armas menos sanguinolentas: Por exemplo, se o Principal Marê pertendendo estabelecer húa Roça com aspeto de receber os da sua Nação, que espera descer, á pertende estabelecer ao alcance do Cordovil que o influencie, e o sugira, não o concinta V. R.mo mas não lhe impeça de toda húa Roça, ou hum Sitio em outro Lugar estado, e dominado por V. R.mo, ainda que elle nunca tenha de hir descer para ella os da sua Nação; se ele pertende, ao porvir hir buscar os Silvaticos da sua Nação, para a instituição dessa Missão, quando á prezunção bem fundada e a cauza de intentar húa viagem em enteresse do Cordovil, ou de outra sorte a vossa, V.R.mo o distrahia dessa por algum tempo ostenciosamente; em cazo porem de grande alevantamento d'elle, e dos que lhe dão alli obediencia, não iludirá V. R.mo para sempre a intenção d'elle, e hirá vez quando lhe parecer oportuno lhe disporá húa viagem afiançada pela (refem) de filhos e pessoas da sua affeição que deixe de penhor fazendo-o acompanhar parte por seus, parte por pessoas da confiança de V.R.mo &.

Sobretudo com hum meio muito poderoso para desvanecer no Principal Gentio Mauê, e em qualquer outro, o projecto de se desligar dessa Missão, recomendo muito a V. R.mo a execução na proteção pessoal que a esses Gentios devem esperar em primeiro lugar de V. R.mo, como seu Tutor, regente e director; quero dizer; que da violencia praticada contra esses Gentios faça V. R.mo estreita Conta quanto couber na qual alçada, e dahi fara directamente a authoridade Civil respectiva, de sorte que outros cazos eventuaes, como o de que agora se queixa dolorozamente o dito Principal Gentio Mauê, a quem em auzencia dessa Missão foi ahi hum Filho acomettido, e maltratado contra as disposições das Leys por hum Aldeyão chamado Domingos, que se diz Carpinteiro adido a Serviço privilegiado dessa Missão, o qual por outros excessos criminaes ahi procedentemente cometidos poderia ter já sido bem perseguido pela Ley na mão do Juiz do Districto, se este fato de explicações que tem de receber a seu tempo com ordens alteriores não consagrasse ao estabelecimento dessa Missão hum respeito melindroso taes cazos contrarios, digo, V. R.mo os não veja com indiferença nem proralize de modo algum

no processo delles a ação da Authoridade Civil respectiva; debaixo de cuja Authoridade saberá V. R.mo logo a seu tempo que deixou estar para o Direito quaes quer pessoas civilizadas ahi addidas ao serviço privilegiado dessa Missão.

D.s G.e a V. R.mo Barcellos 5 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio Mattos — Snr. R.do Fr. José Alz. das Chagas, Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 22) — Cópia N. 6 — Missão de Villa Nova da Rainha — Respondo agora particularmente á Carta que acabo de receber de V. R.mo datada de 20 de Março passado, cujo assumpto particular hé ainda o Principal Gentio Mauê ahi residente, bem como este mesmo fóra o assumpto do outro procedente de V. R.mo de 17 de Fevereiro passado, a qual já respondi, sendo da resposta o dito Principal Portador.

O expediente que V. R.mo propõe de se mandarem distrahir as Choreponas que diz forão nas Matas vezinhas domicilio dos Gentios descidos para essa Missão, e que diz persistirem ainda alli e isto afim de ser atainhada por este meio a evazão dessas Gentes para fora dessa Missão extinguindo-se lhe assim hum coito p.a a qual V.R.mo os presume agora intantos por influenciado dito Principal Gentio Mauê, porquanto diz V. R.mo sucintamente assim, em dita sua Carta, que tem agora noticia que alli se roça, expediente he este muito revoltante em huma Nação Gentilica para não ser adoptado, nem ainda de prevenção, senão verificando-se primeiro que tal Nação abandonou inteiramente aquelles logares, em ordem a não lhe dar nos rebate; e ainda assim a execução de tal expediente, deveria ser tão habilmente, e tão surdamente praticada que podendo so ser entre os Gentios não possam elles fazer nos della Carga; A Carta Regia de 12 de Maio de 1798 mandanos ser muito circumspectos nos procedimentos com os Gentios; o Art.o 17º de dita Carta Regia he muito sabiamente severo para nos reprimir o Governo de adoptar, e o Missionario de propos hum tal expediente: V. R.mo na qualidade de Missionario não deve ignorar muitas das dispoziçoens Regias encerradas em dita Real Carta.

Portanto primeiro que tudo ponha V. R.mo em prova com esses Gentios a seu Principal Mauê a nova doutrina que Este acaba de aprender aqui de mim de só consultar ahi e ahi seguir os dictames de V. R.mo e repizando-lhes ahi esta mesma doutrina prohiba-lhe como couza dezagradavel ao Governo todo o Estabelecimento (que) remoto que der bem fundada suspeita de se fazer entibiar na disciplina dessa Missão, ou desligar della. Em cuja prohibição deverá V. R.mo ser muito discreto, sendo quanto for possivel indulgente, seja a indole dos Gentios, as quaes V. R.mo não conseguirá nunca, senão com dispovoação

para elles estreitar a hum rezumido recinto circunscrito muito de perto a essa Aldeya, seja as circunstancias Locaes dessa Missão, as quaes podendo por muitas razões obrigar esses Gentios, e geralmente todos esses habitantes a estabelecer as suas ou necessarias, ou uteis plantaçoens a grande distancia dessa Aldeya devem por isso mesmo ser a proposito absolvidos do rigor de certos preceitos: Dahi vem, por exemplo que as largas excursões de Gado Vacum que V. R.mo ahi muito ultimamente entretém, ou faz entreter em numero, obrigando a esses habitantes a estabelecer dahi muito longe as suas roças estão por isso mesmo habilitados para obter de V. R.mo algumas dispensas afalta das quaes tendo-lhes servido de titulo as queixas que já levarão perante a Camara desse Districto recommenda muito aqui o Governo por imed.te a V. R.mo que saiba comibar o util entretenimento desse Gado ahi com as necessidades desses habitantes, em ordem a desarmar as queixas.

Se depois de tudo bem combinado, e bem posto em obra por V. R.mo succeder que esses Gentios contra a boa doutrina, e boa practica de principios presupostos pelo Governo embirrem em fazer ao longe Estabelecimentos que prudentemente deem a V. R.mo suspeitas sinistras sobre os seus ententos, em tal cazo, verificado que isso seja primeiramente afim de não por inconsequentemente o Governo, e as Authoridades em bate, fará V. R.mo a este Governo as Competentes Participações, afim de por elas se mandar proceder as competentes vistorias, sobre as quaes com e Sobre corpo de delicto, o Governo haja de deliberar tão solemnemente como peça á circuspeção do Governo, e tão prudentemente como preservem as dispoziçoens Regias.

Deus Gd.e a V. R.mo Barcellos 13 de Abril de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Rd.o Fr. José Alz. das Chagas Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 23) — Authoridade Civil, e sendo de toda importancia para a prosperidade dos Novos Estabelecimentos de Gentios não lhe fazer odioza esta jurisdição buscando todos os meios possiveis de os acostumar a ella, e fazer-lhe aceitar de boa vontade: Vm.ce ouvindo a todos os principaes, e Optimates dos Novos Gentios Mondorucus, e Maués congregados a essa Missão de N.a Sr.a da Con. do Rio de Maués, informara se eles se satisfazem da Missão de Ignacio José Bentes, Morador da Villa de Silves, para Juiz dos julgados da Povoação anexa a essa Missão, bem como parante o Governo se mostrou disso já sobrefeito o primeiro Optimate Mondorucu Agostinho da Gama, cujo Ignacio José Ventes sendo Filho de hum Principal da Nação Maués de antigo descimento se acha por isso nas circunstancias de melhor enfrear com Vm.e a brutalidade dos Gentios, e de melhor com Vm.e os dispor a não reunirem o exercicio da prerisotição.

Deus Gd.e a Vm.ce Barcellos 29 de Novembro de 1806 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rv.do Snr. João Pedro Pacheco, Missionario da Nova Missão de N.a Sr.a da Con. em Maués.

- 24) — Cópia N. 3 — Missão de N. Sr.a da Con.cam em Maués — Com noticia communicada officialmente ao Governo, de que alguns Indios Ladinos descidos com os Gentios para a Missão de Villa Nova da Rainha, e alli affectos deixarão ultimamente sem a respectiva obediencia, e conhecimento, seja daquelle Missionario, seja daquelle Juiz / e por consequencia do Governo / aquella Missão passando para essa do Rio de Maués talvez por effeito de alguma suggestão diabolica concebida maliciosamente por quem quer q.e seja no meio de projectos de interesse particular, os quaes inundão infelizmente esta Capitania em opposição fatal á ordem publica, a qual intentão derrubar então mesmo quanto o Governo se esforça pela restaurar: O Governo excita a Vm.ce, a que pela sua parte se esforce continuamente por antecipar, e atalhar toda a suggestão que alcançar tendente a fazer illegalmente deslocar os Indios das duas Missoens, mencionadas, e que das passages illegaes e eventuaes de taes Indios de húa e outra Missão, participe ao respectivo Missionario, para este saber responder ao Governo pela sua Missão, e informe o Governo, para e hir no seguimento dos sucessos, e das cauzas.

Cumprirá pois Vm.ce pela primeira vez o que nesta se ordena quanto aos Indios da relação incluza, os quaes se annuncião terem passado illegalmente da Missão da Villa de N. Sr.a da Conceição do Rio de Maués.

Deus Gd.e a Vm.ce Barcellos 27 de Janeiro de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rd.o Snr. Missionario da Missão de N.a Sr.a da Conceição em Maués.

25) —

RELAÇÃO DOS INDIOS

affectos á Missão de Villa Nova da Rainha

" João Braz	— "	com sua amiga Patricia
" Fernando	— "	com sua amiga Gentia
" Jordão	—	
" Ambrozio	— "	com sua Mulher, e dous Filhos, e com quatro Indios baptizados...
" Victoriano	— "	com sua Mulher e dous Filhos
" Jozé	— "	

- 26) — Cópia N. 4 — Missão de N. Sr.a da Con.çam em Maués — Por motivo da retirada actual do Capitão José Roiz Preto dessa Missão para o Forte de

Barra do Rio Negro, ordenado provizionalmente por este Governo, por cujo motivo fica agora temporariamente suspenso áquelle Capitão do exercicio da regencia tutelar, que segundo as dispoziçoens da Carta Regia de 12 de Mayo de 1798 exercia sobre os Gentios orfãos dessa Missão : Ordena o Governo que a regencia tutelar de ditos Orfãos, e a sua instrução Civil ficão agora athe nova ordem no contrario commetida a Vm.ce, bem como lhe está commetida a instrução Moral Christian pelo seu Ministerio : Devendo Vm.ce fazer saber ao Juiz Ordinario desta dispozição temporaria do Governo.

Aqui mesmo faz saber a Vm.ce o Governo que fica tomado em consideração o assumpto que Vm.ce incluiu na sua Carta de 22 de Janeiro do anno corrente, relativamente ao Ferreiro, e sua Familia pertencentes ao Lugar anexo a essa Missão, cujo assumpto fica expedido ao Juiz Ordinario desse Districto para as informaçoes de Officio.

Deus Gd. a Vm.ce Barcellos 16 de Março de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Mattos — Rd.o Snr. Missionario da Nova Missão de N. Sr.a da Conceição em Maués.

- 27) — Copia N. 5 — Missão de N. Sr.a da Con.çam em Maués — Não constante pelos Registos da Secretaria deste Governo que pessoa alguúa esteja adida exclusivamente ao serviço privilegiado desse Novo Estabelecimento de Gentios no Rio de Maués com conhecimento Official da pessoa e de sua destinação dado pelo Fundador do Estabelecimento seja ao Governo desta Capitania, seja às Authoridades dos respectivos Districtos, sendo a falta de tal conhecimento hu principio fecundo para conclictos entre o Fundador do Estabelecimento, e as Authoridades, em detrimento da prosperidade d'elle, quando por outra parte a Portaria do Exmo. Snr. Gn.al do Estado de 25 de Fevereiro de 1801, que funciona esse Estabelecimento, dando ao Fundador d'elle a faculdade de ter ao serviço privilegiado d'elle doze Cazos de pessoas de qualquer especie não derroga de modo algum a disciplina publica, isto he, não authoriza o fundador a Transplantar alli, e ahi de ter taes pessoas despoticamente, sem disso dar competente conhecimento ás Authoridades a quem compete, de sorte que por hum excesso de tal despotismo tem já sido entre outros erros pessimos commedito o de puxar para esse Estabelecimento o seu Fundador homens execrandos, tirando-os da carreira do degredo que lhes fora sentenciado por Conselho Supremo, e ahi refugiando-os, como por azilo, inficionar com ellas esse Estabelecimento de pupilos transgredindo a sua instituição : Vm.ce com a possivel brevidade expedirá a este Governo a Lista das pessoas ahi por qualquer arbitrio agora residentes com dedicação privilegiadamente ao Serviço desse Estabelecimento; A Lista deve declarar por ordem a pessoa, a qualidade, a naturalidade, o emprego, a Jata da

domiciliação ahi: Acompanhará Vm.ce a Lista com a sua informação sobre a necessidade que esse Estabelecimento tem ainda hoje depois de passados seis annos da sua Fundação do Serviço exclusivo de taes Pessoas: Tudo afim de serem por este Governo traçadas com acerto as Ordens que devem encerrar as providencias a restaurar a ordem nesse Estabelecimento.

Deus Gd.e a Vm.ce Barcellos 9 de Março de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Antonio de Matos — Snr. Rd.o João Pedro Pacheco, Missionario da Missão de N. S.a da Conceição no Rio de Maués, Encarregado interinamente da Regencia da Missão.

28) — Cópia N. 6 — Missão de N. Sr.a da Con.çam em Maués — N. B. — Esta Cópia he identica á Cópia (C) isto he — N. 3 — Missão de Villa Nova da Rainha —

29) — Relativas ao N. 24

Cópia N. 5 — Commandancia do Registo de Parintins — Toda a Canoa de Particulares que dora em diante sobir desta Capitania para a do Pará com qualquer Carga de Effeitos que seja, / exceptuados por ora somente os de Moradores deste Rio Negro, desta Capital incluzivamente para cima, / verificando-se das suas Guias que permanecerão nesta Capitania de Rio Negro a maior parte do Semestre que decorre de Agosto athé Fevereiro seguinte serão obrigados a mostrar nesse Registo, que entre os seus Effeitos transportão tambem em Peixes Seccos, ou Salmouras, ou Carnes Seccas comestiveis, ou Mixiras comestiveis de toda a especie ao menos a quinta parte da Carga de sua lotação, que se declara na habilitação passada pelas Authoridades respectivas, e que pelo Edital de 6 de Junho de 1802 deve acompanhar o Passaporte do Governo, verificando-se porẽm que não permanecerão nesta Capitania se não a menor parte de dito Semestre, ou que durante elle permanecerão, obrigados a mostrar nesse Registo que entre os seus Effeitos transportarão tambem ao menos a decima parte de todos, ou de algumas das substancias acima mencionadas: Portanto toda a Canoa de Particulares que entra da Capitania do Pará na de Rio Negro deve á sua entrada ser tomada em assento nesse Registo em Livro proprio de entradas, e sobidas de Canoas, e deve pelo Commandante do Registo ser notada a entrada no Passaporte com que entra.

Emquanto pois se não acaba de estabelecer o geral eapertado Registo no Lugar do Parintins, e que por tanto se não dão a este pelo Governo as Ordens quaes para o seu regime, o Commandante desse Registo colocado agora temporariamente em Villa Nova da Rainha fará de ordem deste Governo participações fechadas com segurança ao Ill.mo

Estas Ordens são agora mandadas publicar por este Governo no lugar Central da Barra deste Rio Toda a Couza pois de particulares que nesse Registo foi olhada fora das regras de Carta acima ordenadas será ahi retida, athe satisfazer a ella; e toda que a isto se oppuzer de força ou q.e se achar em falta dos Documentos de habilitação e passaporte priscrito pelo Edital acima referido será seu Dono, Cabo, ou Encarregado remettido com segurança a este Governo para receber o Castigo que merecer, ou a sua rebeldia, ou a sua velhacaria.

D.s Gd.e a Vm.ce Barcellos 6 de Setembro de 1806 — José 'Joaquim Victorio da Costa — Caetano Pereira Pontes — Antonio de Mattos — Snr. Tnt. Comd.te do Registo de Parintins, agora em Villa Nova.

O presente Officio tem lugar de suplemento ao Officio deste Governo — N. 23 —, para ser a par delle por V. Ex.^a consultado.

D.s G.de a V. Ex.a Barcellos 31 de Agosto de 1807 —

31) — Cópia N. 7 — Missão de Villa Nova da Rainha — Incluzo vos aqui despachado o Requerimento do Principal Chrispin de Leão, privilegiados e izentos por motivos dessa Missão por V. P.^{mo} informados os dous Indios José Mathias e Estevão, como V. R.^{mo} alcançará do despacho, que deve ser presente ao Juiz de Districto para ter effeito: Donde V. R.^{mo} concluirá que são de toda a consideração do Governo os Negocios da

prosperidade dessa Missão competentemente propostos e Officialmente provados ao Governo.

D.s G.de a V. R.mo Barcellos 5 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. R.do Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 32) — Copia N. 8 — Missão de Villa Nova da Rainha — Pela Copia aqui incluza da Portaria do Governo datada de 5 de Agosto do anno corrente á Camara de Silves, verá V. R.mo a deliberação tomada pelo Governo relativamente a residencia futura, do Indio Aldeão Ambrozio de Nação Maué, sua mulher, Filhos, e do qual V. R.mo representou ao Governo ter passado desobediente e clandestinamente a sua residencia dessa Missão para a outra no Rio de Maués.

D.s G. a V. R.mo Barcellos 5 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. R.do Missionr.o da Missão de V. Nova da Rainha.

- 33) — Copia.

PORTARIA — Verificando-se perante o Governo por documentos a este agora presentes, que o Indio Ambrozio de Nação Maué, fôra primeiramente morador residente da Villa de Silves; que depois abandonando por quaes quer motivos; que seja dalli a sua residencia a passára com qualquer malicia que seja para as vizinhanças da Missão de N.a Sr.a da Conceição no Pio de Maués no Districto, congregando alli consigo outros da sua Nação, de igual ambulancia, e malicia, e dando alli obediencia qualquer que seja a Authoridade Civil n'aquella Missão; que depois com taes de sua Nação passará dalli por qualquer impulsão que seja para a Missão de Villa Nova da Rainha; que nesta ultima Missão tendo por quaes quer motivos que seja rezidido de Levante, sem lançar alli raizes de moradia, pelo contrario acaba de hir dalli lançal-os na Missão de Maués, donde antes fora por impulsão de quem quer que seja impellido: O Governo Ordena a Camara de Silves, que fazendo comparecer perante ella dito Indio Ambrozio, e recomendando-lhe primeiro a importancia do seu firme domicilio na Missão de Villa Nova da Rainha o interrogue de qual das Povoações do Districto quer ser com sua Mulher, e Filhos morador obediante, ficando livre o dito Inacio o escolher. Qualquer que seja a escolha da Povoação do Districto que dito Indio para si, sua Mulher, e Filhos fizer para Domicilio a Camara fará o dito Indio assignar Termo de que conservará firmem.te domicilio na Povoação que elleger, não o mudando do seu arbitrio só, sem que preceda a faculdade do Governo, e que igualmente não excitará nem favorecerá a exdomiciliação clandestina de quaesquer Indios domiciliares de outra Povoação ou Missão.

A Camara expedirá do Termo ordenado Copie a cada hum dos Juizes do Julgado do seu Districto, para que na Inteligencia do Termo fiscalizem

perpetuamente a sua observancia. Barcellos 5 de Agosto de 1807 — Esta a rubrica do Governador nomeado.

- 34) — Cópia N. 9 — Missão de Villa Nova da Rainha — Quanto aos demais Indios, e Indias, que V. R.mo representou ao Governo terem clandestinamente sahido dessa Missão para a de Maués em seguimento do Indio Ambrozio / pelo domicilio futuro do qual fica pelo Governo deliberado pelo Officio — N. 8 — Missão de Villa Nova da Rainha — / eis aqui o q.e o Missionario da Missão de Maués participa ao Governo p.r Officio de 17 de Março do anno corrente: Os Indios João Braz, e Fernando já estiverão em custodia para serem remetidos p.a Silves por não apresentarem Guias na conformidade das ordens; porem estes quebrando as custodias tiveram occasião de fugir para o Mato com as suas amazias; Jordão foi licenciado pelo P.e Missionario de Villa Nova para vir com o Capitão José Roiz Preto, quando regressou da Cidade; Ambrozio, sua Familia, e os outros mencionados na relação vierão para Povoação com hua Guia do competente Juiz, que aqui apresentarão, e hão de tambem apresentar a V. S.a pois estes se dirigem a essa Capital.

Portanto os Indios João Braz, Fernando, e as amazias de ambos pertencem agora para a sua restituição a essa Missão a efficacia de qualquer Authoridade que os alcançar furagidos; Jordão pertence á vontade de V. R.mo que o Licenciou; Ambrozio, sua Mulher, e Filhos, e os mais por V. R.mo referidos pertencem á alçada do respectivo Juiz que os guiou: Em geral, á viandancia clandestina das pessoas pelos Districtos he objecto de policia, cuja sindicancia pertence as Authoridades municipaes, e mesmo militares, assim prescrito no Art.o 5 do Edital de 6 de Junho de 1802 do Exmo. Snr. General do Estado; ao Governo pertence muito em pedir conta do vicio que perante elle se justificar nas Authoridades, admitindo, ou favorecendo a viandancia clandestina.

D.s G.e a V. R.mo Barcellos 5 edAgosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. R.do Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 35) — Cópia N. 10 — Missão de Villa Nova da Rainha — Não se tendo V. R.mo explicado sobre as circunstancias de passagem clandestina que representou do Ferreiro Antonio Antunez dessa Missão para a de Maués, foi necessario seguir informações de Officio, as quaes agora fazem conhecer ao Governo, que a passagem não teve de reprovavel se não o ser clandestina, por quanto o Ferreiro tendo primeiro de Lugares remotos entrado na Missão de Maués alli assentou domicilio, cazando alli com hua india da Nação Maué; em certo tempo depois por qualquer temporalidade que seja buscando com sua Mulher abrigo temporario nessa Missão de Villa Nova da Rainha, hoje revertendo d'ahi á Missão de Maués se retirou ao seu

domicilio, aos parentes de sua Mulher, e ao serviço daquelle Estabelecimento.

O Governo porem providenciando as precizões dos Estabelecimento de Villa Nova acaba de ordenar a domiciliação ahi de outro Ferreiro, por nome Balthazar pertencente ao Districto de Serpa, o qual tendo em outro tempo dezertado acaba de recolher-se da auzencia á Missão de Maués: A Cópia aqui incluza do Artigo 6. do Officio — N. 11 — Juizo de Silves — porá a V. R.mo avizará a seu tempo desta nova domiciliação de dito Ferreiro Balthazar, e a protegerá para utilidade dessa Missão.

D.s G.e a V. R.mo Barcellos 5 de Agosto de 1807 — José Joaqm Victorio da Costa — Snr. Rvd.o Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 36) — N. 11. JUIZO DE SILVES — Art. 6 — Quanto ao Indio Ferreiro Balthazar pertencente a Villa de Serpa, e agora acabado de recolher da sua auzencia á Missão em Maués, Vm.ce o fará immediatamente passar para a Villa Nova, e o fará alli estabelecer Aldeão, para alli suprir a falta do outro, que vindo alli de Maués por evitar temporalidades acaba de recolher-se outra vez a Maués, onde he cazado: Esta disposição do Governo fará Vm.ce immediatamente saber ao Missionario em Villa Nova.

D.s G.e a Vm.ce Barcellos 20 de Junho de 1807 — José Joaquin Victorio da Costa — Snr. Juiz Ordin.o da Villa de Silves.

N. 11 — Missão de Villa Nova da Rainha — Louvo muito a V. R.mo o bom uzo que fez do Art.o 2º do Officio — N. 13 — Missão de Villa Nova da Rainha — quando pede nomeadamente ao Governo a providencia de seis Milheiros de Telha para cobrir a Igreja que intenta nessa Missão: Em consequencia verá V. R.mo satisfeita a sua requisição pela Cópia aqui incluza do Officio — N. 40 — Commandancia da Barra, donde alcançará que a Telha está Certa. Creio porem que estando a obra da Igreja no seu principio, levantados somente alguns paus, como eu vi em Fevereiro do anno passado em viagem por alli, obrara V. R.mo com muito acerto, se não reconduzir a Telha para essa dera se não estando mais adiantada, afim de não tirar a vez sem necessidade as muitas obras Reaes que se meditam agora na Barra, e para as quaes toda a Telha q.e ainda agora pode fornecer a Ollaria Real alli não he bastante.

Louvarei igualmente, se por quaes quer outros socorros necessarios para o adiantamento desse Estabelecimento, e para os quaes seja necessario a intervenção do Governo, V. R.mo os requerer declarada e nomeadamente, designando os fins; Mas, não louvarei pelo contrario, a V. R.mo dissipando sentimentos sobre o progresso desse Estabelecimento, se acobardar de exigir expressamente, e dinodadamente da intervenção

do Governo os auxilios em que ella for necessaria, deixando assim o Governo a adivinhar.

D.s Gd.e a V.R.mo Barcellos 6 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Rd.o Missionario da Nova Missão de Villa Nova da Rainha.

- 37) — Copia N. 40 — COMMANDANCIA DA BARRA — Da telha que desses Armazens Reaes for entrando para as obras Reaes que agora ahi se projectão fará Vm.ce conservar em ser, e sem applicação seis Milheiros, os quaes a todo o tempo que o Rd.o Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha Snr. Fr. José Alvares das Chagas mandar dahi conduzir para a obra da Igreja, que diz intenta erguer naquella Missão V. R.mo lha facilitará da Real Fazenda competentemente.

Em Officio respectivo áquelle Missionario he agora expedida Copia deste presente.

D.s Gd.e a V.M.ce Barra 6 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Cap.am Commandante da Barra do Rio Rio Negro.

- 38) — Copia N. 12 — Missão de Villa Nova da Rainha — O Juiz Ordinario desse Districto em Agosto do anno passado tendo hido a esse Julgado a Listar os Indios civilizados, ou a esse Julgado pertencentes, ou a sombra dessa Missão refugiados, participou então ao Governo, que das disposições Reaes aque os applicara izentára por sua devoção a essa Missão em de taes Indios, para servirem de baixo da applicação e vontade de V.R.mo ao progresso da obra da Igreja por V. R.mo intentada nessa Missão; izentara igualmente tres mais de taes Indios para servirem de baixo da mesma applicação, e vontade de V. R.mo a auxiliar á substancia dos Gentios dessa Missão. Então, e ainda agora o Juiz Ordinario do Districto solicita ao Governo sobre taes Indios por elle privilegiados as Ordens precisas que o Authorizem a perpetuar, ou não a disposição por elle feita: Portanto informará V. R.mo se taes Indios se precisam, ou não ainda, e com que amplitude, para os fins para os quaes o Juiz os privilegios, afim de saber a informação de V. R.mo se passarem ao Juiz Ordinario as Ordens competentes conformemente ao que esta disposto no Art.o 2º do Officio — N. 3 — Missão de Villa Nova da Rainha —

D.s. Gd.e a V.R.mo Barcellos 6 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Rd.o Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

(G)

- 39) — Copia N. 13 — Missão de Villa Nova da Rainha — Aos Gentios entre nos domiciliados para a sua Educação Christam, e Civil tomar Conta dos Crimes entre elles cometidos por effeito da sua cega brutalidade e Causa muito milindroza, e que exige por tanto hua consumada prudencia,

attendido que a brutalidade dos Gentios não conhecendo Crime não admite Castigo, oqual portanto, praticado em hum indispõe os animos de todos, e os irrita: A experiencia tem muitas vezes confirmada a verdade desta doutrina em detrimento nosso, e das nossas Aldeas.

Portanto e porque as Reaes disposições encerradas na Carta Regia de 12 de Março de 1898 nos impõe a mais attenta circunscção nos nossos procedimentos com os Gentios eu estimo commetter á prudencia, maduriza, e experiencia dos fundadores dos Novos Estabelecimentos o tomar conta dos Gentios da sua regencia, e Direção dos Crimes entre elles commetidos, ficando os Crimes julgados, e expiados dentro da alçada só da Tutela dos Fundadores, e isto ou os Fundadores empreguem somente a sua authoridade tutelar aonde esta for bastante, ou se ajudem da Authoridade Civil respectiva, que devem rogar, aonde a tutelar não basta: Exceptuo porem os cazos extremos, como o assassinio que V. R.mo por seu Officio de 30 de Junho do anno corrente representa commetido por hu Gentio dessa Missão sobre seu Similhante, cujos cazos com de parecer que devem ser entregues privativamente á alçada da Authoridade Civil respectiva, para os processar, e seguir na forma das Leis para cujo fim deve a tal authoridade ser franqueada a Missão.

D.s G.e V. R.mo Barcellos 7 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Rd.o Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

- 40) — N. 14 — Missão de Villa Nova da Rainha — O Principal Mauê, e outros mais catecumenos ahi agora batizados; a sua applicação afirmar ahi domicilio por lours; o seu contentamento, do que V. R.mo. me faz sabedor por seu Officio de 11 de Junho passado, tendo tudo succedido a ser doutrina que eu aqui, e V. R.mo ahi lhe acabamos de pregar, de hua nova a mais grata que V. R.mo me podia transmitir. Eu sou tão sensivel a esta Boa nova, que intimo a V. R.mo lhe signifique da minha parte publicamente o meu prazer, e lhe segue a minha consideração, se eles se não desviarem da derrota que V. R.mo lhe traçar.

Pelos documentos que V. R.mo incluio em dito seu Officio, e por outros que concorrerão da Camara do Districto estou persuadido, que o manhoso Indio Ambrozio sempre de Levante nesse Julgado da Villa Nova será arriscado seductor dos mais Indios da sua Nação ahi domiciliados. Portanto a não querer elle ahi assentar domicilio he conveniente arranja-lo em cutra parte a sua escolha enfreado-lhe porem a malicia: Pelo Officio N. 8 — Missão de Villa Nova da Rainha, e Portaria nelle incluza tica este objecto resolvido. Neste sentido he que V. R.mo deve fazer conceber aos indios da Nação Mauê ahi congregados a separação eventual do Indio Amrozio desse Julgado de Villa Nova, segurando-lhes com toda a publici-

dade, q.e, aonde este abuzar da sua distante domiciliação amocambando, ou distrahindo para alli os mais dessa Missão, isto justificado perante mim la me tem por inimigo.

As Instruções, e Officio a V. R.mo expedidos pelos Exmos. Snrs. Generaes do Estado relativamente a essa Missão, os quaes V. R.mo me fez ver pedidos revertem aqui incluzos, ficando delles as Copias na Secretaria deste Governo.

Ultimamente anuncia ter recebido os cinco Officios de V. R.mo a saber; do 1º de Abril de 1, e 2, de Maio, de 11, e 30 de Junho do anno corrente a cujos objectos de importante resposta a achará V. R.mo nos meus anteriores Officios incluído o presente: Restando-me talvez somente para restituir a V. R.mo a tranquillidade e fazer prosperar essa Missão nas suas maons lembrar-lhe, que ao homem de Emprego não faz commumente falta hum ouvido de menos.

Deus Gd.e a V.R.mo Barcellos 8 de Agosto de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Rvd.o Missionario da Missão de Villa Nova da Rainha.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

- 41) — Incluzo expeço aqui a V. Ex.a por Cópia do Officio — N. 18 — Commandancia do Registo de Parintins — para que V. Ex.a tendo de 'ulga do caracter do meu procedimento publico se digne a juntar dito Officio ao numero dos documentos.

D.s G.e a V. Ex.a Barcellos 10 de Setembro de 1807.

Ill.mo e Ex.mo Snr. José Narcizo de Magalhães de Menezes.

José Joaquim Victorio da Costa.

- 42) — Cópia N. 18 — Commandacia do Registo de Parintins — Respondo aqui ao Officio de V.M.ce de 23 de Julho do anno corrente cujo Officio acabo de receber incluída nelle a Cópia de hum requerim.to de Angelo Ferreira Gato, morador de Obidos, ao Illmo. e Exmo. Snr. General do Estado e a Cópia do despacho do mesmo Snr. de 6 de Fevereiro do anno corrente lançado em dito requerimento.

Primeiramente confirmo a V. M.ce na intelligencia em q.e o supponho, de que deve promptamente cumprir quaesquer ordens que S. Ex.a julgar conveniente expedir a V. M.ce em directura com abstração da mediação do Governo desta Capitania. S. Ex.a por motivos que julgar bastantes pode regeitar para execução das suas ordens nesta Capitania a subordinação que lhe tem o Governo della, para empregar em seu lugar a subordinação que lhe tem hu Commandante. Adivirto somente, que tendo V.M.ce cumprido as Ordens deve do cumprimento dellas não deixar ignorante este Governo.

Quanto ao acerto, para o qual V. M.ce involto em bastante obscuridade pertende de mim alguma illustração tendo de cumprir o que S. Ex.a ordena

no despacho acima mencionado, eu não consentirei que a honra de V.M.ce fique comprometida perante S. Ex.a, deixando de sugerir a V. M.ce as duas seguintes Luzes que lhe faltão.

He a primeira dellas, que S. Ex.a por seu Officio de 20 de Maio do anno passado tendo-se dignado de reconhecer comigo necessaria a separação de José Roiz Preto seja da administração do Estabelecimento em Maués, seja da residencia naquelle Districto, o mesmo Snr. a este em Juizo accrescentou então a clauzula, de que eu devia dar a legalidade á couza d'aquelle Fundador d'Estabelecimento, e legal fazela subir a sua presença. Pouco depois da Cidade onde fora intrigar, se recolheu ignorado deste Governo ao Estabelecimento em Maués aquelle homem, de mais caviloso; e na data de 9 de Dezembro do anno passado se deu a conhecer a este Governo, requerendo perante este manhoza, e similadamente a sua demissão da regencia d'aquelle estabelecimento de Maués, a qual na mencionada data de 9 de Dezembro lhe foi deferida por despacho deste Governo, cujo theor he o segt.e — Atendido o descontentamento geral dos Gentios da Missão de N. Sr.a da Conceição no Rio de Maués pela regencia tutelar do Suppt.e sobre elles, intimado pessoalmente ao Governo pelos Optimates representantes d'aquelles Gentios, e denunciados por procedimentos conhecidos Officialmente pelo Governo naquelles Gentios prezagiando a subversão d'aquella Missão, e attendido aque a instituição moral, e social daqueles Gentios se acha agora breve colocada na pessoa do Rvd.o Pe. Missionario alli em actual exercicio: O Governo da Capitania do Rio Negro dimite o Suppt.e da regencia, e instituição Tutelar que athe aqui exerceu n'aquella Missão, de cuja tutela percebeu já o proveito e a prerrogativa na fruição dos Gentios Orfãos d'aquella Missão por uns seis annos, e no gráo de Capitão de Ordenanças com que se acha condecorado — Julgou então o Governo ser do seu dever adiantar o processo legal da couza daquelle Fundador, ordenado na clauzula do referido Officio de S. Ex.a de 20 de Maio do anno passado, e devendo o Governo prevenir-se contra, os effeitos do artificio de que não se mostrava de todo izenta a nova apresentação d'aquelle caviloso homem no Estabelecimento de Maués julgou o Governo ser da sua circunspecção esperar, que S. Ex.a decrete sobre aquelle processado em vista do processo: Acha-se este agora no Supremo Juizo de S. Ex.a pode esperar por seu decreto levará, seja da regencia, seja da residencia em Maués aquelle regente corrupto, e residente orgulhozo. Entretanto deve elle por disposição deste Governo em Officio — N. 3 — Camara de Silves, enfreado o seu procedimento, e estreitada a sua residencia aos Limites do seu Sitio esperar o decreto de S. Ex.a.

A luz segunda que vou sugerir a VM.ce he que hu requerimento proposto a este Governo por Angelo Teixeira Gato morador de Obidos, em

que este pedia ao Governo raculdade de penetrar livremente por motivos de commercio athe as Nações Gentilicas do Rio de Maués, receozo de que alguma authoridade contra as disposições Regias lhe impedisse a entrada, este Governo conformemente as Reaes disposições proferio em data de 23 de Janeiro do anno corrente o despacho de Theor seguinte — A entrada que Suppt.e pertende athe os Gentios no Rio de Maués não lhe hé impedida pela Carta Regia de 12 de Maio de 1798, com tanto que para a navegação se habilite, sua Canoa e equipage pelo Juiz do respectivo Districto: Assim tem o Art.o 8 de dita Carta Regia, com as cautelas que nele se encerrão, juntamente com o Art. 1.º do Edital de 6 de Junho de 1802. A sahida do Suppt.e dos Gentios hé que deve ser sindicada pelo Juiz do Districto de Maués, o qual deverá ex-Officio devassar della tendo para isso mão no Suppt.e procedendo com elle como vancier: Na conformid.e doq.e dispõe o Art. 7 da mesma Carta Regia — Ao Governo não consta se o requerente tem feito ozo deste despacho, menos consta queixa do requerente sobre attentado comettido por Authoridade econtra o mesmo despacho: Antes he agora apresentado a VM.ce para o cumprimento o despacho supra ditto de S. Ex.a de 6 de Fevereiro subtraindo-se ao conhecimento de VM.ce o anterior mencionado despacho deste Governo de 23 de Janeiro do anno corrente.

Ultimamente a respeito do regresso que em Viage p.a o Lago do Iurutê, e desde a parage denominada Assantera, VM.ce me participa feito por hum Gentio parente de outro já estabelecido naq.le Lago, e a quem VM.ce diz que não quizerão deixar passar adiante athe á quelle Lago, necessario he que VM.ce declare quem impedia a viagem, e as mais circunstancias deste cazo, afim de eu saber aquem tenho de tomar contas, e do que.

D.s G.e a VM.ce Barcellos 9 de Setembro de 1807 — José Joaquim Victorio da Costa — Snr. Sent. Commandante do Registo de Parintins.
Esta conforme. José Antonio Coelho.

- 43) — Para o Cap.m Comm. de Villa Nova da Rainha.
Constando-me, que entre Vm.ce, e o Rd.o Missionario dessa V.a Fr. José Alvares das Chagas, não tem havido a melhor intelligencia para assim conservar se o respeito devido ao seu Ministerio, e a bôa ordem, que deve haver no exercicio da sua Commandancia: Convem muito, que Vm.ce com aquella prudencia, que se deve esperar da sua idade se não embarace com dito Missionario, fazendo cessar de hua vez tudo, quanto possa dár-lhe motivo de queixar-se contra Vm.ce

Deus G. a Vm.ce Pará 21 de Novembro de 1817 — Conde da Villa Flor — Snr. Pedro Cabral da Fonseca.

44) — Ill.mo Ex.mo Snr. — Sendo hum dos meus primeiros deveres, como Paroco zelozo desta Igreja concorrer quanto estiver ao meu alcance, e á medida das minhas forças para o augmento della em beneficio da Religião e do Estado, tenho a honra de participar a V. Ex.ma as circunstancias e porporçoens deste Lugar quase inculto, e pedir as necessarias providencias para o seu augmento, e fertilidade, sendo-me por extremo sensivel ver a sua progressiva decadencia quando com pequeno trabalho tinha porporçoens para hum Cidade pela sua extensão e occultas riquezas, que se encerrão no seu continente.

A Providencia dehuma Camara neste Lugar, Ex.mo S.or he damaior necessidade; pois he athe escandalozo, e fora de toda arazão que havendo aqui dobradas proporçoens para ser Villa, e estabelecer-se hum Camara, tanto pela maior porção de brancos que tem, como por outras attendiveis circunstancias seja necessario recorrer-se a Silves com emcomados, epirogos pela distancia, e arriscada navegação nas deliberaçoens da Justiça.

Querendo V.a Ex.a em consequencia do Decreto p.a que S. M. T. o autoriza p.a estabelecer Camara nos Lugares, ou for convenientes, tomar em consideração esta minha rogativa fundada só no desejo que tenho do seu augmento, e grandeza, posso desde já afiançar a V.a Ex.ma que sera esta hum das Villas mais populosas, e interessantes da Capitania, e que servira de defeza a Provincia inteira, por ser p.a dizer bem, afonte detoda o Rio Negro.

Muntas Naçoens de Gentios habitão ainda os centros destes matos, ehuma vizivel expriencia nos mostra todos os dias, o desejo que elles tem, de deserem, epovoarem-se; mais afalta diprovidencias eo estado depobreza, em que isto se acha não permitem, que eu largue já detudo, e de principio aeste serviço tão enteresante. Para prova, e clareza desta verdade, alem de outras, basta só dizer a V.a Ex.a que alguns dos Moradores deste Lugar tendo hido negociar com: elles não duvidão até liberalizar seus filhos, e filhas para os educar, mostrando elles mesmos sentimento denão poderem seguir igual destino p.o falta demeios.

Os Moradores deste Lugar sensiveis ao bem geral, eparticular do Estado, não duvidão Concorer com todas as despesas necessarias para o exercicio desta empresa, prestando-se elles mesmos, com seus filhos e escravos para me acompanharem, e ajudarem, com a condição porem, deque se lhes hade conceder cada hum aproporção, do que der huns tantos Gentios para os educar, e servilos por espaço de dés annos, como em outro tempo seonservava.

Nesta intelligencia, reconhecendo as forças que tenho, e as proporçoens que se facilitão p.a emprehender esta tarefa alias laborioza, não duvido

rogar a V.a Ex.a as Graças de conceder licença p.a este fim tão louvavel, mandando-me dar aqui as providencias que exigir, esubmenistrar-me p.a Fazenda Imprial o remanejo das despesas, se houver que eu prometo dar execução a obra, e fazer este importante serviço, aqui nenhuma outra couza me move mais, do que as reiteradas supplicas dos mesmos moradores, e o ardente desejo que tenho de sacrificar-me p.o bem da Religião, e do Estado.

Deus Guarde a V.a Ex.a muitos annos. Villa Nova da Rainha 14 de Setembro de 1824 — Ill.mo Ex.mo S.or José de Araujo Roza Presidente da Provincia do Pará — O Missionario de Villa Nova da Rainha — Bernardino de Sena e Souza.

- 45) — Ill.mo e R.mo Senhor Missionario, Inspector das Missoes.
- Dizem os habitantes do lugar de Villa Nova da Rainha abaixo assignados que instando o bem estar de suas vidas, e propriedades assim ruraes, como deste lugar, promptos recursos á vista de males da mais alta cathegoria, muitas vezes manombrados pela mão malvada do sanhudo; Genio Maué em barbaridades sem pâr, não podem sem a mais patente offença dos Direitos Naturaes, e das Gentes, e de huma Constituição á pouco jurada soffocar obrado da Justiça que lhes assiste em cazos de tanta monta. Sem peijo dos homens, sem remorsos das consciencias, nem temor do rigor das Leis o Gentio Maué fluctuando entre o abraçar, ou não, a sociedade religioza, e politica deste Estado, embosca, e assalta de tempos em tempos as vidas, e fazendas dos Habitantes brancos, sem outro pretexto mais que a nivea cor com que a natureza os doutou, e os Habitantes brancos qual outra muda estatua vê só com da razão a Lei os no que hade ser punido no cazo da natural defeza, e não o garante que lhe offerece o GrandeCodigo porque se regem todas as Naçens do Mundo Civilizado: Quantos homicidios não tem perpetrado o Gentio Maué não só no Lugar das suas malocas, como igualm.te m. nos districtos deste, e de outros lugares? E obraço da vingança justiceira por ventura já derotou o nó que lhe impedia apratica do seu salutar dever? O Gentio Maué da Mara-cuam, quando, o mais Gentilismo antolha com peitos gratos a religião com que os caridczos Coraçõens os buscão só com o intuito de estarem no vasto seio da Socied.e Christan, e Politica, se elle reziste a actos onde só a natural e quid.e impera: Toda a Gentilid.e do Rio Negro ouve com estasi o Eco poderozo, que os chama a Paternal Protecção de S.M.S., e só o Gentio Maué voltando as costas a commum opinião atenta contra os mesmos, que apiedade os movem o levar-lhe não suas encontradas choças ou malocas opasto celestial da vida espirital, e delicioso nectar que inebreia o homem na sociedade. E poderá algum egoista mal intencionado prezagiar outra sorte aos Habitantes deste Lugar, que não seja o servir de vitima a ferocid.e indomita

do Gentio Maué proficuo emtramas contra o Ser dos Habitantes Brancos deste Lugar ? Ahi ! V. R.ma improou os mares, desio vales, subiu montanhas, dezbravou o selo, q. serrava aos vendados olhos desta Gentilidade o Grande farol da Moral Christan, e qual o termo final das fadigas, de V.S.a A fuga de quaze todos os Gentios p. os Seus Silvestros lares por cega obediencia aos seus ancions, ou Tuxanãs mananciaes das mão praticas. Mas damnos incalculaveis so podem ter remedio nas Sabias e Patrioticas Detreminaçoens do Ill.mo e Ex.mo Snr. Prezidente da Provincia, que atendendo ao bem geral deste Estado, e como lugar Tenente de S.M.J. tem liberalizado os poderes necessarios a V. S.a para os prevenir. Portanto confiados na religiozide de V. S.a esperamos que afastando dentre os Gentios os Tuxanãs e outros Individuos que perturbão o socego deste Lugar pelo conhecim.to deque tem avista inimigos que com razão se devem temer, m.to principalm.te sendo em lembrança os .ecentes homicidios de huma Mulher Branca, aqui moradora e dous filhos menores mortos nos destritos deste lugar cometidos pelo mencionado Gentios Maués, que sem respeito amissão proprozam.e Com total ruina a vida dos moradores brancos, e inteira de desolação dos predios deste Lugar e dos Rios adjacentes.

E. R. M

Francisco Elias de Souza Cap. Com.e do Registo

O morador Joaquim ignacio de Faria

O morador Manoel da Silva Lisboa

O morador Luiz José de

Antonio Carlos Pereira Silva

João An.to Ferreira Pinto

Joaquim José Alves Bellem

Thomas Ant.o da S.a

Manoel Antonio Ferreira de Mattos

João da Cruz de Sz.a e Andrade

Antonio Mourão Cabral da Fonseca

Francisco Videira Cabral

Manoel Paiva Moreira

O morador João Bentes de Mello

M.el J.e Per.a

João Val.te

O Sen.te Antonio Manoel Miz de Faria

Manoel Pereira de Faria

Juiz dos Julgados.

*Esta obra foi executada nas Oficinas da Editôra
Sergio Cardoso — Rua Joaquim Sarmento, 78 —
Manaus. — Estado do Amazonas.*



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

